

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Selado acordo com servidor 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação sobe 1,3% em fevereiro e tem novo recorde 5

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entrega de declarações do Imposto de Renda está mais rápida neste ano 7

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta ao lote residual nesta sexta 8

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
ANFIP

Imposto de Renda: proposta do governo deve incluir até 1,3 milhão de pessoas na faixa de
isenção em 2024; entenda 9

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados e pensionistas com doença grave têm direito à isenção total do IR; veja como
conseguir 11

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Veja dicas para declarar o Imposto de Renda pela primeira vez 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP acaba com boa-fé e exige nota fiscal eletrônica para ouro 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudança em regra busca garantir ao menos R\$ 71 bi para investimento 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote de crédito só terá efeito a longo prazo - CLAUDIA SAFATLE 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda projeta redução nos dividendos do BNDES 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco determina volta de comissões mistas e Lira convoca votação de MPs 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado no INSS segue indefinido, diz Caixa 24

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como se prevenir contra empréstimos consignados indesejados e bloquear os golpes	26
JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo decidirá sobre consignado do INSS até a próxima terça	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
A reforma tributária nos cinco grandes grupos de tributos (Artigo)	28
GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
REFORMA TRIBUTÁRIA: MAIS RECURSOS SÓ COM AUMENTO (Editorial)	30
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária e "detalhes" importantes - OPINIÃO JURÍDICA	31
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Urge reformar o sistema tributário do Brasil (Artigo)	33
FOLHA ONLINE - SP - PAINEL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Cúpula da reforma tributária articula apoio de governadores da oposição	34
O POPULAR - GO - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Dilemas da taxa de juros (Artigo)	35
GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
SIMONE TEBET ESTIMA ROMBO DE R\$ 120 BILHÕES EM 2023	36
O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tebet quer ata do Copom "imparcial e justa" com o Brasil	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Bolsa cai 2,29% com decisão do BC e reação de Lula; dólar vai a R\$ 5,29	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Crítica de Haddad a comunicado do Copom é a 1º de um ministro da Fazenda no regime de metas	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Copom "não pode ficar longe da meta", defende Lira	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Regra fiscal só depende de aval de Lula, diz Tebet	43
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Para FMI, BCs precisam melhorar a transparência	44
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	

Por que o Copom ainda não cortou os juros?	45
A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA ECONOMIA	
Com Selic em 13,75%, Brasil segue com juros reais mais altos do mundo, diz pesquisa	47
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES SERVIDOR PÚBLICO	
Ibaneis dará reajuste para 220 mil servidores	48
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES SERVIDOR PÚBLICO	
Reajuste de 18% para servidores.....	50
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
'Ficou claro que teremos ótimas relações', diz ministro da Agricultura sobre aproximação entre Brasil e China	52
CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
1 milhão tomam as ruas da França.....	54

Selado acordo com servidor

ROSANA HESSEL

O primeiro acordo entre o governo federal e os servidores desde 2016 será firmado na manhã desta sexta-feira, na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O evento marca a formalização do reajuste linear de 9% para todas as categorias do funcionalismo federal mais R\$ 200 de reajuste no auxílio alimentação, de R\$ 458 para R\$ 658, que passarão a valer a partir de maio, mas que serão pagos efetivamente em junho.

O reajuste não repõe as perdas salariais com a **inflação** desde os últimos sete anos, de 43,6%. Mas, segundo o presidente da Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores, no início de fevereiro, foi um marco para o setor.

Ele lembra que governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reabriu as mesas de negociações com os servidores em 7 de fevereiro, em uma sinalização de mudança das relações entre o Executivo e o funcionalismo, que não sentava à mesa com autoridades para dialogar sobre reajustes desde o governo Michel **Temer** (MDB).

"As mesas de negociação tinham acabado no governo **Temer** e, com a reabertura do diálogo, com a presença de oito ministros de Estado, nós sentimos que mudou o relacionamento e a disposição de resgatar essa confiança no funcionalismo", destaca o sindicalista.

"Algumas áreas foram destruídas.

Houve muito abuso e assédio institucional, principalmente em órgãos da Cultura e do Meio Ambiente", observa Marques. "O que aconteceu com a reabertura da mesa foi muito importante para mostrar que o novo governo quer tentar construir alguma coisa melhor para os trabalhadores", avalia.

Marques ressalta que o acordo vai garantir um recurso anualizado de R\$ 16 bilhões, que já precisarão constar na previsão orçamentária de 2024.

"O governo fez o que foi permitido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Deram o reajuste máximo pela **inflação** no auxílio, mas concederam o limite orçamentário para o aumento salarial, mantendo a previsão dos R\$ 11,2 bilhões de impacto fiscal no

Orçamento deste ano, mas os servidores terão a garantia do pagamento dos cerca de R\$ 16 bilhões anualizados. Esse acordo foi até onde era possível a utilização dos recursos disponíveis", explicou.

Ainda falta definir o cronograma das próximas rodadas da mesa de negociação. Elas serão retomadas a partir de maio, a fim de incluir um novo reajuste no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2024, que precisará ser enviado ao Congresso até 31 de agosto, de acordo com Marques. "Nossa expectativa é conseguir um plano plurianual para os reajustes, a fim de recompor, pelo menos, as perdas inflacionárias", afirma.

O ministério ainda não confirmou se o texto do acordo será encaminhado ao Legislativo como medida provisória ou em vários projetos de lei para cada categoria.

Contudo, antes disso, o Executivo precisará enviar um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) para o remanejamento orçamentário da Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano, a fim de efetuar os pagamentos dos R\$ 11,2 bilhões que fazem parte do acordo.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/24/all.pdf>

Arrecadação sobe 1,3% em fevereiro e tem novo recorde

Matheus Schuch De Brasília

A arrecadação federal de **impostos** somou R\$ 158,995 bilhões em fevereiro e atingiu o maior patamar da série histórica iniciada em 1995. O aumento real foi de 1,28% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No bimestre, o recolhimento de **tributos** chegou a R\$ 410,739 bilhões, alta real de 1,19% em relação aos dois primeiros meses de 2022.

Segundo a **Receita Federal**, o desempenho da arrecadação no mês passado foi puxado pela arrecadação atípica de R\$ 2 bilhões em Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além disso, o atual nível da taxa básica de juros (Selic), que antontem foi mantida pelo Banco Central em 13,75% ao ano, contribuiu para elevação de 12% do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimento de capital - incidentes sobre aplicações financeiras - totalizando R\$ 14,08 bilhões.

A receita previdenciária também pesou favoravelmente para o desempenho do período, com crescimento de 6,28%, para R\$ 46 bilhões. O avanço é reflexo do aumento da massa salarial.

"A avaliação é positiva porque todos os números estão em linha com nossas projeções e a gente percebe que o desempenho da atividade econômica continua sendo determinante para o resultado da arrecadação.

Neste mês de fevereiro tivemos a surpresa positiva da massa salarial, o que significa que a atividade econômica também vem acompanhada de um nível de emprego", disse o coordenador de Previsão e Análise da **Receita Federal**, Marcelo Gomide.

Por outro lado, o governo deixou de arrecadar R\$ 24,094 bilhões com desoneração tributária nos dois primeiros meses deste ano ante R\$ 12,850 bilhões do mesmo período do ano passado.

Somente em fevereiro deste ano, as desonerações somaram R\$ 12,525 bilhões.

No bimestre, as fontes de renúncia do governo federal no acumulado de 2023 foram: Imposto sobre Produtos Industrializados (R\$ 3,8 bilhões); PIS/Cofins e Cide

(R\$ 7,5 bilhões); folha de salários (R\$ 1,479 bilhões); planos de saúde (R\$ 534 milhões); tributação de participação de lucros e resultados (R\$ 527 milhões); depreciação acelerada de bens de capital (R\$ 378 milhões); outros, no qual entra o Simples Nacional (R\$ 10,685 bilhões).

Com a reoneração dos combustíveis em vigor desde o início deste mês, o impacto será percebido nos próximos balanços.

Em relação às importações de combustíveis, em que o fato gerador é diário, o impacto se dará já na divulgação do próximo mês. No caso PIS/Cofins, o efeito deve ser verificado em abril, com divulgação em maio.

A **Receita Federal** ainda espera que até este mês a arrecadação sobretudo de contribuição social e Imposto de Renda "continue espelhando o resultado de 2022", ano em que determinados setores da economia apresentaram resultados que ainda se refletem neste ano.

O economista do BTG Pactual Fábio Serrano destacou que, excluindo receitas extraordinárias, a arrecadação recorrente desacelerou de 7% ao ano em janeiro para 2,5% ao ano em fevereiro. Já a receita recorrente real passou de 7,0% para 5,2% no mês.

"A desaceleração no ano pode ser atribuída ao comportamento dos **impostos** sobre renda corporativa (IRPJ/CSLL), movimento já esperado dado a desaceleração da atividade e **inflação**. A contribuição do PIS/Cofins também foi relevante, já que em janeiro/fevereiro de 2022 o governo ainda contava com a arrecadação sobre combustível", pontuou Serrano, em nota de avaliação dos resultados.

Embora espere resultados positivos para a arrecadação federal nos próximos meses, o economista do Santander Ítalo Franca acredita que deverá ocorrer desaceleração no crescimento mensal (reduzindo os efeitos positivos defasados) devido ao menor nível de atividade econômico e queda nos preços das commodities.

"O cenário é altamente dependente do desempenho das commodities", afirmou.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1§ion=1)**

Entrega de declarações do Imposto de Renda está mais rápida neste ano

Na primeira semana de entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a **Receita Federal** recebeu mais de 5 milhões de documentos. No ano passado, o mesmo número foi atingido apenas no 12º dia desde o início do prazo. Em 2023, o prazo começou no dia 1º de março e segue até 31 de maio.

Comparado a anos anteriores, 2023 segue com ritmo mais acelerado por parte dos contribuintes. Em 2021 o patamar de 5 milhões de declarações recebidas pela Receita aconteceu apenas no 15º dia. Em 2020 foi no 16º dia. Em 2019 no 15º dia e em 2018 somente a partir do 23º dia.

Para ajudar o contribuinte, nos dias 27 a 31 de março, a área de Cidadania Fiscal da **Receita Federal** promoverá, mediante eventos "ao vivo" e gravados, a "Semana IRPF 2023". A iniciativa objetiva levar esclarecimentos e orientações a respeito da Declaração.

A "Semana IRPF 2023" promovida pela Cidadania Fiscal **Receita Federal** será um evento gratuito, sem necessidade de inscrições e sem a concessão de certificações aos participantes, tendo a programação a seguir, toda ela veiculada por meio do canal Youtube da Rede NAF <https://www.youtube.com/@ RedeNAF>:

Site:

<https://www.bemparana.com.br/jornaldoestado/impresso>

Receita abre consulta ao lote residual nesta sexta

CRISTIANE GERCINA FOLHAPRESS

A **Receita Federal** abre, às 10h desta sexta-feira (24), a consulta ao lote residual de restituições do Imposto de Renda referente ao mês de março de 2023. O lote é pago a contribuintes que saíram da malha fina do IR ou entregaram declaração de 2022 em atraso. O crédito bancário será feito para 94.864 contribuintes, sendo 3.490 idosos acima de 80 anos, 20.181 contribuintes entre 60 e 79 anos, 3.261 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 6.161 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Foram contemplados ainda 61.771 contribuintes não prioritários. O total liberado é de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 196,6 milhões são para pagar as preferências. O dinheiro será depositado no dia 31.

Para saber se vai receber, o contribuinte deve acessar o site da Receita (www.gov.br/receitafe-deral), clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". Em "Etapas para a realização deste serviço", é preciso clicar novamente em "Consultar restituição", ao lado do desenho de um computador.

Será preciso informar número do CPF, data de nascimento e o ano ao qual a declaração se refere. Aparecerá, então, as informações sobre o crédito bancário. A Receita disponibiliza, ainda, aplicativo para tablets e celulares no qual é possível fazer a consulta sobre a liberação da restituição.

O pagamento é realizado na conta informada pelo contribuinte ao entregar a declaração ou por meio da chave Pix indicada no IR. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Neste caso, poderá reagendar o crédito pelo Portal BB, no site <https://www.bb.com.br/irpf>, ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-7290001 (demais localidades) e 0800-7290088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2420#book/55>

Imposto de Renda: proposta do governo deve incluir até 1,3 milhão de pessoas na faixa de isenção em 2024; entenda

Por André Catto, g1

A proposta do governo federal para ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda deve incluir até 1,3 milhão de pessoas no total de isentos em 2024. Os cálculos são da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), feitos com base em anúncios do governo e em uma nota explicativa, que prevê isenção para quem recebe até R\$ 2.112.

Caso se confirme, a proposta deverá aumentar o número de isentos dos atuais 8.944.261 para 10.294.779, um aumento de 15%. Na tabela vigente do IR - que não é corrigida desde 2015 -, não precisam pagar o imposto aqueles que recebem até R\$ 1.903,98 por mês, o equivalente a quase um salário mínimo e meio. O país tem, atualmente, 39.739.161 declarantes.

Cálculos realizados pela Unafisco também mostram que, pelos dados atualizados em fevereiro, a defasagem acumulada na tabela do Imposto de Renda chega a 151,49%. A taxa é a diferença entre os atuais R\$ 1,9 mil e R\$ 4.788,40 - valor mensal que seria o teto da faixa de isenção caso a tabela fosse corrigida pela **inflação** desde 1996, segundo os auditores da Receita.

Impactos para o contribuinte

Ainda de acordo com os auditores, apenas no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a defasagem acumulada foi de 31,49%. A correção havia sido uma das promessas de campanha de Bolsonaro em 2018, e se repetiu na corrida eleitoral de 2022. O tema também foi explorado por Lula (PT) na disputa pela Presidência.

Já eleito presidente, Lula voltou a defender a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, em entrevista à apresentadora da GloboNews e colunista do g1 Natuza Nery. A proposta, no entanto, ainda está longe de ser aplicada.

O projeto mais avançado do governo sobre o tema trata justamente da elevação do piso de isenção do IR,

a partir de maio, para quem ganha até R\$ 2.112. A alteração, no entanto, tem que ser proposta por meio de Medida Provisória, que precisa do aval do Congresso Nacional para se tornar lei (veja mais abaixo).

Para o presidente da Unafisco, Mauro Silva, a proposta é frustrante, já que, segundo ele, não é corrigida nem pela **inflação** e só considera a faixa de isenção.

É muito pouco. O governo Lula começa cometendo o mesmo erro dos últimos governos. Apenas 470 mil pessoas seriam beneficiadas e deixariam de pagar, diz. Quem continua pagando fortemente as políticas públicas é a classe média, que ganha cinco salários mínimos. Dos 39 milhões de declarantes para o ano que vem, bem mais da metade está nessa faixa.

De acordo com os cálculos de Mauro Silva, a mudança proposta para a faixa de isenção deve beneficiar em R\$ 15,60 cada pagante do IR. É um pão na chapa, exemplifica.

Trata-se de um cálculo que considera a sistemática de funcionamento da tabela do IR - e que se reflete na parcela a deduzir. Mauro explica que a mudança proposta, mesmo sendo apenas na faixa de isenção, causa um efeito cascata, atingindo igualmente todas as faixas.

Veja tabela de alíquotas e saiba como fazer o cálculo

A defasagem na prática

A defasagem da tabela leva pessoas com poder de compra cada vez menor para a base de contribuição - ou seja, há cada vez mais pessoas obrigadas a pagar imposto, já que os salários tendem a subir para corrigir a **inflação** (ou parte dela), enquanto a tabela do IR segue igual.

Como consequência da falta de correção da tabela, contribuintes também pagam uma alíquota cada vez maior em relação aos anos anteriores, já que reajustes salariais (ainda que, em muitos casos, abaixo da **inflação**) podem fazer com que a pessoa entre em

outra faixa de renda da tabela do IR.

Proposta depende de Medida Provisória

Apesar das declarações do governo federal e da nota oficial da Receita sobre a correção da faixa de isenção do IR, a alteração precisa ser proposta por meio de Medida Provisória, que deverá ter aval do Congresso Nacional para se tornar lei. Ainda não foi anunciada uma data para que a MP seja editada.

Em entrevista à TV Globo na segunda quinzena de fevereiro, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, explicou que a faixa de isenção será ampliada para R\$ 2.112 a partir de maio e que quem ganha até R\$ 2.640 não pagará IR a partir do mesmo mês.

A explicação, também divulgada em nota pelo órgão, é que, além da faixa de isenção ampliada para R\$ 2.112, haverá um desconto mensal de R\$ 528 direto na fonte. Ou seja, sobre o imposto que seria devido pelo empregado.

Isso porque o governo quer manter a promessa de deixar isentos todos que ganham até dois salários mínimos - a partir de maio, o valor do mínimo será de R\$ 1.320.

Na prática, somando os dois mecanismos, quem ganha até R\$ 2.640 não pagará IR - nem na fonte, nem na declaração de ajuste anual.

Perguntado pelo g1 sobre a elaboração da Medida Provisória, o Ministério da Fazenda não se manifestou até o fechamento desta reportagem.

Deduções defasadas

Os cálculos divulgados pelos auditores também apontam a desatualização dos limites das deduções permitidas e das parcelas a deduzir de cada faixa de renda.

Na declaração deste ano, correspondente aos rendimentos de 2022, o teto do desconto por dependente é de R\$ 2.275,08 por ano. Esse valor não deve ter alteração na declaração de 2024 com base na proposta de faixa de isenção feita pelo governo.

Com a correção integral pela **inflação**, no entanto, poderia chegar a R\$ 5.721,66 na declaração do ano que vem, correspondente aos rendimentos de 2023, segundo dados atualizados pela Unafisco.

Já a dedução com gastos relacionados à educação está limitada a R\$ 3.561,50 por ano pela tabela atual - e deve se manter diante da proposta do governo. Para

repor toda a defasagem inflacionária, o valor corrigido deveria ser de R\$ 8.956,91.

Resultado para os cofres públicos

A arrecadação federal com imposto de renda para o ano-calendário 2023, Exercício 2024, está estimada pelos auditores em R\$ 403,60 bilhões. Qualquer correção da tabela representa uma perda de arrecadação para o governo.

A Unafisco estima que a alteração proposta pelo governo federal deve reduzir o montante em R\$ 6,68 bilhões, chegando a R\$ 396,92 bilhões. No caso de correção integral da tabela pela **inflação**, a cifra que entra nos cofres públicos cairia R\$ 236,24 bilhões, chegando a R\$ 167,36 bilhões - menos da metade do valor atual.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2023/03/24/imposto-de-renda-proposta-do-governo-deve-incluir-ate-13-milhao-de-pessoas-na-faixa-de-isencao-em-2024-entenda.ghtml>

Aposentados e pensionistas com doença grave têm direito à isenção total do IR; veja como conseguir

Economia

*/ Johnny Negreiros, do R7**

Aposentados e pensionistas portadores de doenças graves têm direito à isenção total do Imposto de Renda. Esse benefício é válido a partir do diagnóstico e se aplica a 16 diferentes condições de saúde que, geralmente, impedem o contribuinte de continuar trabalhando.

Não se trata da isenção extra concedida às pessoas com mais de 65 anos. Além dos rendimentos de aposentadoria, a dispensa do pagamento do imposto vale para pensão, reforma, e, ainda, para as previdências complementares, como fundos de pensão e previdência privada. Ela é total e não tem prazo nem limite.

Para ter acesso ao benefício, é preciso que o portador de uma das enfermidades listadas na legislação tenha um laudo atestando sua condição, emitido por um perito do sistema público de saúde. Ele deverá ser usado para encaminhar o pedido de isenção.

Em alguns casos, laudos assinados por médicos particulares foram aceitos para garantir a desobrigação do pagamento, mas somente após ação judicial, explica João Badari, advogado especializado em Direito Previdenciário.

Para solicitar a isenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão é necessário preencher as seguintes condições:

a) Diagnóstico

A primeira condição é ser diagnosticado com uma das seguintes doenças:

1. tuberculose ativa
2. alienação mental

3. esclerose múltipla
4. neoplasia maligna (câncer)
5. cegueira (inclusive monocular),
6. hanseníase
7. paralisia irreversível e incapacitante
8. cardiopatia grave
9. doença de Parkinson
10. espondiloartrose anquilosante
11. nefropatia grave
12. estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante)
13. contaminação por radiação
14. síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids)
15. hepatopatia grave
16. fibrose cística (mucoviscidose)

b) Laudo médico

É obrigatório ter laudo médico que comprove a patologia. Nele deve constar o diagnóstico com data, o CID (código da doença) e a descrição do caso.

d) Informar a fonte pagadora

Por fim, é preciso informar a situação ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ou à fonte pagadora da aposentadoria ou pensão privada, para que o desconto do imposto na fonte seja cancelado.

Quem recebe pensão ou aposentadoria paga pelo governo, pode fazer a solicitação pelo site Meu **INSS**. Nesse caso, o beneficiário deverá se submeter a uma perícia médica, que pode ser agendada pela internet.

O advogado João Badari lembra que, conforme entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça), a isenção do IR é concedida somente para as pessoas que não estão trabalhando.

Ele reforça a informação de que a dispensa não se restringe aos segurados do **INSS**, mas vale também para quem recebe o benefício de fontes privadas.

A lei garante o direito ao aposentado ou pensionista que comprove sua condição por meio de laudo pericial emitido por médico do sistema público de saúde.

Porém, Badari afirma que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) entende que o portador da doença também terá direito ao benefício se um médico da iniciativa privada emitir o laudo pericial. O jurista se baseia na súmula 598 do Diário da Justiça Eletrônico, publicada no dia 17 de novembro de 2017, que diz o seguinte:

Súmula 598: É desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do Imposto de Renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova.

Qualquer tipo de aposentadoria, pensão ou reforma dá o direito. O médico que vai assinar o laudo pode ser funcionário de uma rede particular ou de uma repartição pública

João Badari, advogado especializado em Direito Previdenciário

Badari alerta que, embora seja um direito dos aposentados portadores de doenças graves, a isenção do pagamento do imposto nem sempre é concedida pela via administrativa.

A recusa ou a interrupção desse benefício, muitas vezes, faz com que seja necessário entrar com ação na Justiça.

"Aos segurados do **INSS**, via de regra não há muita dificuldade em reconhecer o direito. As maiores discussões judiciais se referem a uma eventual recuperação do estado de saúde do segurado e ao corte do direito à isenção, o que também se repete muito para os **servidores públicos**", afirma o advogado.

Ele conta que um caso comum é o do aposentado ou pensionista que consegue se curar da doença grave. Para ser realizada a suspensão do direito à isenção, é necessário que ele passe por uma avaliação técnica do seu estado de saúde. Isso porque é possível que a doença tenha deixado sequelas, ou volte a acometer o segurado.

Outro ponto de discussão é sobre o cabimento da isenção de Imposto de Renda aos pacientes que ainda precisem de tratamentos periódicos para controlar a patologia.

A orientação de Badari é que o caminho administrativo seja a primeira opção para buscar o direito, garantido em lei.

"Para a discussão judicial, é fundamental que seja feito o prévio requerimento administrativo e que o mesmo seja negado. Então, o segurado pode ajuizar a discussão, munido de uma boa prova sobre o seu estado de saúde e de uma avaliação do advogado habilitado para o representar judicialmente", finaliza.

Questionada sobre os tipos de laudo que são aceitos para aposentados e pensionistas portadores de doenças graves solicitarem a isenção do IR, a **Receita Federal** respondeu à reportagem do R7, em nota:

"Administrativamente, só o laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios', conforme determina o art. 30 da Lei nº 9.250, de 1995. Judicialmente, o cidadão pode comprovar de outras formas, e o juiz decide. Uma vez, tendo uma decisão transitada em julgado, cabe à **Receita Federal do Brasil** obedecê-la, senão sofrerá as penas da lei."

Caso o aposentado ou pensionista receba a isenção do IR por esse motivo, ele pode pedir que a desobrigação seja aplicada desde a data do diagnóstico da doença. "O segurado pode requerer a isenção retroativa respeitado o prazo prescricional".

Isso significa que o contribuinte que pagou IR depois de ter sido diagnosticado com a doença grave prevista na lei, ainda pode apresentar o laudo e pedir a restituição dos últimos cinco anos.

Mas, para isso, é necessário que nesse período ele tenha sido afastado temporária ou permanentemente de suas atividades laborais por causa de uma das doenças citadas.

*Estagiário do R7, sob supervisão de Sophia Camargo.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/aposentados-e-pensionistas-com-doenca-grave-tem-direito-a-isencao-total-do-ir-veja-como-conseguir-24032023>

Veja dicas para declarar o Imposto de Renda pela primeira vez

FERNANDO NARAZAKI FOLHAPRESS

Quase 3 milhões de contribuintes devem fazer a sua estreia na declaração do Imposto de Renda 2023. No total, a **Receita Federal** estima que 38,5 a 39,5 milhões de cidadãos prestem contas neste ano, sendo que 7,5% devem fazer isso pela primeira vez, segundo a média histórica de entrega da declaração.

Para ajudar quem jamais fez o Imposto de Renda, a reportagem procurou especialistas que deram dicas e mostraram os passos que devem ser seguidos para cumprir a tarefa. A declaração do IR precisa ser entregue até as 23h59 do dia 31 de maio. Caso a pessoa que é obrigada a acertar as contas não cumpra o prazo, pagará multa. O valor mínimo é de R\$ 165,74 e pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

IMPOSTO DE RENDA

1 VERIFIQUE SE PRECISA DECLARAR A primeira medida do estreador é saber se realmente tem de declarar o IR. As regras foram divulgadas no Diário Oficial em 28 de fevereiro e uma das principais condições é ter recebido mais de R\$ 28.559,70 em salário, aposentadoria e pensão do **INSS** em 2022.

É OBRIGADO A DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA EM 2023 O CONTRIBUINTE QUE, EM 2022: - Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de R\$40 mil - Teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra - Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 150 dias - Realizou operações na Bolsa de Valores que, no total, foram acima de R\$ 40 mil ou obteve lucro com a venda de ações sujeitos à incidência do imposto - Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil - Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 142.798,50 - Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2022 ou de anos anteriores - Passou a morar no Brasil em 2022 e encontrava-se nessa condição em 31 de

dezembro de 2022. Caso a situação do contribuinte em 2022 não se enquadre nestas condições, a declaração não precisa ser feita, exceto se ele teve IR retido na fonte. "Neste caso, cabe ao contribuinte decidir. Se fizer a declaração, ele receberá 100% do valor que ficou retido", explica o contador Fernando José Silva Simões, da Agilize Contabilidade.

2 HORA DE SEPARAR OS DOCUMENTOS O contribuinte obrigado a declarar deve fazer uma retrospectiva do que fez em 2022, especialmente no caso de rendimentos recebidos, e separar todos os documentos necessários.

É o momento de recolher os informes de rendimentos (enviados pelas empresas, instituições financeiras e **INSS** até 28 de fevereiro), notas fiscais e recibos de médicos, dentistas, escola e outras despesas que são dedutíveis no IR, além dos dados pessoais como CPF, endereço, título de eleitor e outros. O contribuinte precisa separar tanto as suas informações quanto as dos dependentes que sejam incluídos na declaração.

O advogado tributarista Jonathas Lisse, da VRL Advogados, recomenda que a etapa seja feita com antecedência. "É preciso muita atenção, pois a Receita fica muito em cima, principalmente de gastos com médicos e convênio, pois isso é deduzido quase na integralidade no IR".

3 INSTALE O PROGRAMA DA DECLARAÇÃO A declaração pode ser preenchida e entregue por computador, tablet, celular ou e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita. Para quem vai preencher pelo computador, é preciso baixar o programa que está disponível desde 9 de março. Na declaração por celular ou tablet, o contribuinte deve atualizar ou baixar o app Meu Imposto de Renda. O preenchimento e o envio ocorrem pelo mesmo programa, medida criada para facilitar a prestação de contas do contribuinte.

4 PREENCHA A DECLARAÇÃO Agora chegou o momento de prestar contas. Assim que entrar no programa, o contribuinte estreador precisa selecionar a aba Nova e escolher o tipo de declaração que, neste caso, é a Declaração de Ajuste Anual. Em seguida, a Receita e os especialistas recomendam escolher a declaração pré-preenchida, que contém os dados

enviados por empresas, instituições financeiras, prestadores de serviços, cartórios de imóveis, entidades que receberam doações e outros. O recurso foi ampliado em 2023, mas é preciso ter conta nível prata ou ouro no gov.br.

Porém a Receita alerta que o contribuinte não deve confiar apenas nos dados pré-preenchidos. É preciso checá-los, corrigir o que for necessário e acrescentar o que faltou. "Se houver divergência, é preciso avisar quem prestou a informação para fazer a correção. Cabe ao contribuinte validar os dados", diz Cintia Senna, mestre em educação financeira. Em seguida, preencha as fichas com atenção, revise os dados e não se esqueça de incluir as informações dos dependentes. "É onde ocorre boa parte dos erros na declaração", explica Jonathas Lisse.

Segundo os especialistas, as fichas que merecem mais atenção são: - Identificação do contribuinte, onde estão os dados pessoais - Rendimentos isentos e não tributáveis, onde o contribuinte informa parcela isenta de aposentadoria e pensão, lucros e dividendos de empresas, pensão alimentícia, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e indenização de contrato de trabalho com ou sem justa causa - Pagamentos efetuados: descrição de valores gastos com educação, saúde e outros - Bens e direitos: imóveis, veículos, contas bancárias, investimentos e outros

5 MODELO SIMPLIFICADO OU COMPLETO?

O contribuinte precisa definir qual será o modelo de declaração a ser entregue. O programa do Imposto de Renda disponibiliza os cálculos por deduções legais (conhecido como modelo completo) e por desconto simplificado, e se haverá imposto a pagar (o contribuinte terá de pagar mais à Receita) ou imposto a restituir (o contribuinte receberá um valor de volta). Quem faz a declaração fica responsável por definir qual é o mais vantajoso. O modelo simplificado estipula um desconto padrão de 20%, com limite de R\$ 16.754,34. Já a declaração com deduções é considerada vantajosa quando supera os 20% de rendimentos tributáveis no ano.

6 VEJA SE HÁ PENDÊNCIAS Encerrado o preenchimento das fichas, é importante que se faça uma revisão para saber se está tudo correto. "Cheque os dados informados, CPFs, CNPJs, endereços, descrições e valores. Por isso, é importante fazer com antecedência", afirma Fernando José. Em seguida, o contribuinte deve clicar no item Verificar Pendências nas Fichas da Declaração. O recurso aponta se há erros. As pendências sinalizadas com a cor vermelha impedem o envio, enquanto as amarelas, não. O recurso não checa valores e a avaliação só é feita

sobre o que está informado na declaração. Se houver falhas nos dados ou omissão, a Receita retém a declaração na malha fina, impede o pagamento de eventual restituição e o contribuinte terá de esclarecer as divergências, podendo pagar multa.

Quem tiver imposto a pagar pode parcelá-lo em até oito vezes. O Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) é pago mês a mês, mas também é possível colocar o pagamento em débito automático desde a primeira cota. Para isso, é preciso declarar o IR até 10 de maio. Com a opção feita, clique no botão Entregar a declaração. O prazo de entrega vai até 31 de maio, às 23h59.

7 IMPRIMA E GUARDE O RECIBO No momento que a declaração for enviada, o programa oferecerá a opção de imprimir uma cópia do recibo e da declaração. "É importante que seja feita a impressão e guardada por cinco anos, assim como todos os documentos usados na declaração. É uma prevenção caso a Receita questione no futuro", afirma Jonathas Lisse.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2420#book/55>

MP acaba com boa-fé e exige nota fiscal eletrônica para ouro

Alexa Salomão

Entrou em fase final de elaboração na Casa Civil a nova regulamentação para o controle de origem, compra, venda e transporte de ouro de garimpo em todo país. A MP (medida provisória) sobre o tema já foi discutida e revista pelos ministérios envolvidos na discussão.

O texto da MP, a que a Folha teve acesso, estabelece uma série de novas exigências nas transações com o metal e abre caminho para se estabelecer a rastreabilidade, antigo pleito de quem combate o garimpo ilegal. A medida também deixa claro que o vendedor do ouro é responsável cível e criminalmente pelas informações prestadas durante a venda e o transporte.

Desde a crise humanitária dos yanomamis, a formulação de uma nova lei para o garimpo foi apontada como prioridade pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"A gente espera que a minuta agora seja encaminhada ao presidente Lula, para que possa dar aval para ela seguir o mais rápido possível para o Congresso", afirma Larissa Rodrigues, gerente do Instituto Escolhas, entidade que produziu uma série de estudos na tentativa de alterar a lei no setor.

Segundo o Escolhas, 54% do ouro comercializado no Brasil tem origem suspeita.

A MP revoga um dos itens mais controversos da atual regulamentação, a presunção da boa-fé na primeira venda do metal. A norma, segundo especialistas envolvidos no combate ao garimpo ilegal, como a PF (Polícia Federal) e o BC (Banco Central), é uma das principais brechas para "esquentar" ouro retirado de terra indígena e área ambiental.

A boa-fé faz parte de um bloco de normas previstas dos artigos 37 a 42 na Lei nº 12.844, de 2013. Os dispositivos foram inseridos pelo deputado Odair Cunha (PT-MG) durante a tramitação de uma MP sobre seguro agrícola, e o texto, sancionado por Dilma Rousseff. A nova lei em elaboração revoga todos esses artigos.

Estão em análise hoje duas ADIs (ações diretas de

inconstitucionalidade) que questionam a presunção da boa-fé no STF (Supremo Tribunal Federal). A perspectiva é que a MP pode trazer sustentação regulatória para a revogação das normas atuais caso a corte decida pela inconstitucionalidade.

A proposta do governo também torna obrigatória a emissão da nota fiscal eletrônica. Desde 2001, uma norma interna da **Receita Federal** mantém o uso da nota de papel na atividade, apesar de o fisco já exigir o documento digitalizado na maioria dos setores.

Outro ponto importante do texto, considerado vital para o combate ao ouro ilegal, é a criação da guia de transporte e custódia do minério. Esse novo documento deverá ser expedido eletronicamente.

A proposta estabelece ainda uma série de responsabilidades para as instituições autorizadas pelo Banco Central a fazer a primeira aquisição do ouro, as DTVMs (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Elas ficam obrigadas a manter estruturas de gerenciamento de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar a aquisição de ouro, para que fique clara a origem lícita do metal que estão comercializando.

As DTVMs também passam a ser responsáveis pelo registro de uma série de informações na ANM (Agência Nacional de Mineração), como o posto de atendimento, a agência ou o estabelecimento responsável pela compra, o número da PLG (Permissão de Lavra Garimpeira) de origem, bem como a quantidade adquirida. A transação financeira precisa passar por uma conta bancária.

A MT também acaba com a participação cruzada na atividade. O dono de DTVM e seus familiares até segundo grau ficam proibidos de serem também dono de lavra garimpeira, e vice-versa. A participação cruzada é apontada como uma alternativa para atuação de grupos criminosos na atividade.

A MP acaba também com a brecha para que cooperativas de garimpo façam a primeira venda. Apenas DTVMs poderão fazer essa transação.

O ponto de partida de discussão da medida provisória

foi o PL (projeto de lei) 2159/2022, de autoria da ex-deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), com apoio de outros parlamentares, como Vivi Reis (PSOL-PA). A proposta, ainda em tramitação no Congresso, estabelece mecanismos para rastrear o ouro de garimpo.

A rastreabilidade é defendida por ONGs, como o Escolhas, o Instituto Ethos e o Isa (Instituto Socioambiental), bem como pelo Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) -que representa grandes grupos do setor, como Vale, Alcoa e Anglo American.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50225&maxTouch=0&_ga=2.65186734.1663890843.1679637793-1380897342.1635735907

Mudança em regra busca garantir ao menos R\$ 71 bi para investimento

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA | EDUARDO RODRIGUES e ANTONIO TEMÓTEO/BRASÍLIA

A discussão no governo sobre o projeto de arcabouço fiscal busca garantir a capacidade de a nova regra preservar, nos próximos anos, o patamar atual dos investimentos, de R\$ 71 bilhões. Esse é o nível de investimentos previsto no Orçamento de 2023 e que inclui as emendas parlamentares impositivas - verbas direcionadas por deputados e senadores com obrigação de pagamento.

A pergunta que técnicos da área econômica tentam responder com os novos cálculos é se, com o desenho do novo arcabouço fiscal, o patamar atual de investimentos ficará de pé nos próximos anos.

Essa resposta envolve o tamanho do espaço para novos investimentos no desenho da nova política fiscal, que permitirá um crescimento das despesas acima da **inflação**. Hoje, o teto de gastos, a ser substituído, permite que as despesas cresçam apenas pela **inflação** do ano anterior.

FLEXIBILIDADE.

Como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já sinalizou, o novo arcabouço pretende atrelar o aumento de despesas (acima da **inflação**) à arrecadação.

Pacheco disse que o desenho é responsável fiscalmente, e não haverá exceções ao limite de gastos. O desenho terá flexibilidade para que, em momentos de baixa atividade econômica e queda de arrecadação, não haja necessidade de arrocho fiscal para o cumprimento da regra fiscal.

Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), receberam do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta semana, uma prévia do projeto do novo arcabouço.

O ponto central na discussão agora, segundo apurou o Estadão, é dimensionar qual será a parcela do limite de despesas a ser dada a mais todos os anos pelo ganho da alta da arrecadação que será canalizada para os projetos de investimentos. Esse espaço depende da trajetória de resultados fiscais que estará explicitada no desenho da regra fiscal nos próximos

anos para a reversão do rombo das contas públicas, previsto para este ano.

Nesse cenário, a margem que será criada com a nova regra para crescimento das despesas não pode ser consumida por outros gastos do Orçamento.

O que se busca é que esse espaço adicional seja suficiente para promover o ajuste fiscal que o ministro Haddad prometeu para garantir uma trajetória sustentável da dívida pública no médio e no longo prazos e, ao mesmo tempo, manter os investimentos necessários ao crescimento do País.

PISOS.

O problema é que parte desse espaço maior para o crescimento das despesas pela alta da arrecadação já será consumida pelas áreas de saúde e educação. Com o fim do atual teto de gastos, voltam a valer os pisos constitucionais de aplicação mínima de recursos orçamentários nessas áreas.

Os dois pisos são atrelados ao comportamento das receitas.

Se a arrecadação do governo acelerar, as verbas orçamentárias aumentarão na mesma direção, diminuindo o espaço para os investimentos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiou a divulgação da proposta para que novos cálculos e projeções fossem feitos para garantir a reposição de recursos para as áreas que foram perdidos ao longo dos seis anos do teto de gastos.

Arrecadação vai a R\$ 159 bi em fevereiro, recorde para o mês

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 159 bilhões em fevereiro, de acordo com a **Receita Federal**. O resultado representou um **aumento real** (descontada a **inflação**) de 1,28% na comparação com fevereiro do ano passado.

O valor foi o maior para meses de fevereiro desde o início da série histórica, que começou em 1995. Em relação a janeiro deste ano, houve queda real de 37,37%.

O Fisco afirmou que o resultado foi puxado pelo crescimento real de 12,12% nos recolhimentos de IRPJ e da CSLL, em razão, principalmente, do desempenho das empresas que recolhem pela estimativa mensal. Por outro lado, a Receita voltou a sinalizar que as reduções das alíquotas de IPI e de PIS/Cofins continuam afetando a arrecadação desses **tributos**.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacote de crédito só terá efeito a longo prazo

- CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

O governo avalia um pacote de medidas estruturais para melhorar o mercado de crédito no país. Mas nada que dê algum alento de curto prazo, para um mercado que vem se contraindo. O cenário, para o crédito, está no meio do caminho e tanto pode piorar quanto melhorar. E, nesse aspecto, vai ser muito importante o sinal que o governo vai dar com o arcabouço fiscal, assim como será relevante a postura que o governo vai ter quanto às decisões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Uma desaceleração da economia já estava contratada, mas até fevereiro era aguardada uma alta de 8,3% para o crédito, segundo pesquisa da Febraban, por causa da perspectiva de o governo influenciar uma atuação mais incisiva dos bancos públicos sobre o crédito direcionado tanto para a pessoa física quanto para as empresas.

Este cresceria de 7,7%, segundo a mesma pesquisa feita em dezembro, para algo como 8,4% conforme a pesquisa feita no mês passado.

O fato de ter efeito apenas no longo prazo, porém, não desmerece as medidas que o governo avalia para melhorar o ambiente para a concessão de crédito, seja no que se refere à diminuição da inadimplência quanto à execução das garantias. Isso sem falar na assimetria de informações, na carga de **impostos** ou na rede de compulsórios.

Uma das medidas que o mercado aguarda é relacionada com o acesso à base de dados da **Receita Federal**, que espera-se que seja facilitado. A ideia é autorizar que o sistema possa acessar o e-CAC, que permite verificar em detalhes a situação do contribuinte perante o fisco e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de forma mais simples. Por exemplo, pelo API (Application Programming Interface), usado pelos bancos e que permite transitar por uma grande quantidade de informações que seria mais operacional, podendo ser autorizado através do próprio site dos bancos.

Tem, também, a velha queixa de que é muito demorada a execução das garantias. Uma das propostas em discussão é ter alienação extrajudicial para dar maior celeridade para o credor reaver um

bem financiado. Isso é comum em outros países e aqui poderia ser feita no cartório. Uma das dificuldades antevistas, nesse caso, é a de se conseguir afastar o Poder Judiciário da história.

Primeiro, porque a parte afetada buscará o Judiciário para se proteger e, depois, porque ele terá que criar uma jurisprudência.

O projeto de lei 4.188, que já foi aprovado na Câmara e, agora, tramita no Senado, traz a extensão da alienação fiduciária a novas operações de crédito, permite fazer uma execução extrajudicial de uma hipoteca e contempla, também, a possibilidade de se constituir uma alienação fiduciária sobre um bem que já tem, mas poderia ficar com o restante.

Por exemplo, quando o bem dado em garantia supera o valor desta, pode-se se usar o valor restante para se dar uma nova garantia - o que se chama de alienação futura. Tem, ainda, a parte de busca e apreensão de bens móveis extrajudicial.

Esse mesmo projeto sugere, também, a criação da Instituição Gestora de Garantias (IGG), que poderia operar como uma prestadora de serviços. Mas pensando em uma ideia um pouco mais ambiciosa, de ela dar uma garantia sobre um bem ou uma linha de crédito, ela funcionaria como um banco, que teria que ter capital - o que parece um esforço inútil.

Mas voltando à questão do crédito, há uma crise visível no caso brasileiro? Está tendo sim uma piora, a tendência era declinante por que as condições financeiras estão mais apertadas, os juros mais altos, e tem ainda a incerteza fiscal e a discussão sobre o caso da Americanas. Esse é um cenário que exige monitoramento e o Banco Central está, com certeza, fazendo um acompanhamento milimétrico da situação desse mercado, garantem fontes do setor, e tem os instrumentos para agir se for o caso. No caso dos bancos, os indicadores são sólidos. Mas, se a contração do crédito for mais severa, não se descarta uma atuação do governo.

Se o governo distencionasse em relação à questão fiscal e à briga com o Banco Central sobre taxa de juros, ajudaria o mercado de crédito voltar a se expandir. A expectativa é que, no anúncio do arcabouço fiscal, dê um empate: "Não deverá ser o

que esperávamos mas também não será um desastre", disse uma fonte do setor financeiro. A o discursar no relançamento do programa Mais Médicos, na terça feira, Lula defendeu "uma nova mentalidade sobre a razão de governar".

Ele indagou: "Se o Estado é capaz de aceitar conviver com dívida de R\$ 1,7 trilhão, que as pessoas devem à Previdência, devem à Receita, por que não pode conviver com um pouco de subsídio para a pessoa pobre se transformar em menos pobre, poder virar um cidadão de padrão médio e este país voltar a crescer?".

"Quem tem que mudar, na verdade, é a nossa cabeça. Os livros de economia estão superados." Trata-se de uma "receita de cloroquina econômica", comentou uma fonte do mercado.

Aliás, alguém já disse que governar é eleger prioridades.

Não é possível que em um Orçamento de R\$ 5,34 trilhões, sendo R\$ 2,01 trilhões para pagamento de juros e encargos da dívida, R\$ 3,33 trilhões sejam gastos absolutamente prioritários. Se são, então nenhum é.

Cenário está no meio do caminho e pode melhorar ou piorar

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1§ion=1)**

Fazenda projeta redução nos dividendos do BNDDES

Lu Aiko Otta De Brasília

O governo reduziu em R\$ 4,4 bilhões a expectativa de receitas com pagamento de dividendos pelo BNDDES ao Tesouro Nacional em 2023. A queda se deve "à alteração no percentual de distribuição", segundo informa o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, cuja íntegra foi divulgada na noite de quarta-feira, 22.

O Valor pediu ao Ministério da Fazenda mais detalhes sobre a redução, mas não recebeu resposta.

O BNDDES respondeu que a questão deveria ser encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional.

BNDDES e Fazenda discutem o valor dos dividendos a serem recolhidos este ano, segundo informou o presidente do banco, Aloizio Mercadante, no dia 15, durante a divulgação dos resultados de 2022. Ele questionou por que a instituição deveria transferir o máximo permitido, 60% do lucro, e não o mínimo, 25%. A diferença entre um e outro é de R\$ 14 bilhões.

O valor menor a ser transferido pelo banco foi mais do que compensado pelas altas de R\$ 8,6 bilhões na previsão de dividendos da Petrobras e R\$ 1,6 bilhão do Banco do Brasil. A expectativa de receitas com dividendos e participações ficou R\$ 6,2 bilhões maior do que o previsto na lei orçamentária.

Dividendos integram o grupo de recursos da União não diretamente administrados pela **Receita Federal**. Também fazem parte dele os ingressos com concessões e permissões e royalties, entre outros.

No total, as receitas não administradas pela **Receita Federal** somarão R\$ 303,9 bilhões neste ano, R\$ 18,8 bilhões a mais que o inicialmente previsto. Além dos dividendos, está prevista elevação de R\$ 28 bilhões em "outras receitas".

Nessa conta entram R\$ 26 bilhões em recursos abandonados do PIS/Pasep, cuja incorporação foi autorizada pela Emenda Constitucional 126, a PEC da Transição.

Houve queda na previsão de recursos com a exploração de recursos naturais, que recuaram R\$ 16,3 bilhões, devido a queda de R\$ 14 bilhões nas

receitas com participação especial na exploração de petróleo, "em razão das baixas expectativas para o preço do Brent no mercado internacional.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1§ion=1>

Pacheco determina volta de comissões mistas e Lira convoca votação de MPs

Vandson Lima, Caetano Tonet, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa De Brasília

Em um ato de enfrentamento à Câmara dos Deputados e seu presidente, Arthur Lira (PP-AL), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) determinou nessa quinta-feira (23) a volta imediata do funcionamento das comissões mistas, compostas por deputados e senadores, para análise das medidas provisórias (MPs) editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A atitude de Pacheco, que recebeu apoio de todas as lideranças do Senado na decisão, visa conter o ímpeto de Lira e aliados em ter o controle da pauta do Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, o confronto entre as duas Casas aciona o sinal de alerta do Palácio do Planalto, que teme que um boicote da Câmara coloque em risco as 29 MPs já editadas pelo governo - entre elas, estão medidas cruciais para a gestão, como a nova organização dos ministérios, a recriação do programa Bolsa Família e a MP que restabelece o voto de qualidade no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Pacheco acolheu uma questão de ordem apresentada pelos líderes da maioria no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), e da bancada do MDB, Eduardo Braga (AM), para que as MPs voltem a tramitar de acordo com o rito previsto pela Constituição. "Todos os líderes partidários, todos, de situação e oposição, de todas as correntes ideológicas, entendem que, não havendo pandemia, deve-se retomar as comissões mistas, de acordo com o comando constitucional", alegou o presidente do Senado.

Na saída da sessão, Pacheco foi questionado sobre a possibilidade de a Câmara boicotar as comissões, não indicando membros, em resposta à decisão. "Aí é uma posição política e cada um arca com as consequências de suas opções políticas", avisou.

Em resposta, Lira e os líderes da Câmara decidiram votar de uma vez, na próxima semana, todas as 13 MPs editadas ainda pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no fim do ano. Para Lira, o gesto deveria dar cerca de 15 dias para negociar um acordo no Congresso sobre o rito de tramitação. "Na normalidade da votação das medidas provisórias, espero que os ânimos

arrefeçam", disse Lira. Em nota à imprensa, disse que haverá um esforço concentrado entre 27 e 31 de março.

O presidente da Câmara e seus aliados defendem que o modelo excepcional adotado durante a pandemia seja mantido e que as MPs sejam discutidas e votadas direto no plenário da Câmara e depois no Senado - um modelo que dá a ele o poder de indicar o relator de todas as propostas encaminhadas pelo governo.

Inicialmente, os líderes dos partidos na Câmara decidiram em reunião com Lira na terça-feira que, se Pacheco determinasse a volta das comissões mistas, haveria uma retaliação e os deputados não indicariam seus representantes. Mas Pacheco pode, de ofício, escolher ele próprio os membros dos partidos - regimento diz que, preferencialmente, deve ser um líder ou vice-líder.

Além disso, o Valor apurou que aliados de Lira veem dificuldades para barrar a volta das comissões mistas, porque o quórum de abertura depende apenas dos senadores.

Para instalar uma comissão, bastam 8 parlamentares, entre 12 senadores e 12 deputados, marquem presença na sessão. Esse quórum mínimo para instalação e abertura da comissão pode ser obtido sem que nenhum deputado participe desta etapa da tramitação.

A dificuldade seria aprovar as MPs na comissão, segundo fontes, porque isso exige o voto favorável de 13 dos 24 integrantes (e há 12 senadores).

Contudo, PSD e MDB, partidos que estão aliados ao governo Lula, têm assento nessas comissões e, acredita-se na Câmara, podem ajudar a dar andamento às comissões para arrefecer os ânimos. O PSD é o partido de Pacheco e o líder do MDB na Câmara, o deputado Isnaldo Bulhões (AL), é ligado a Renan.

Além disso, parlamentares interessados nas MPs (como a do Bolsa Família, do Minha Casa Minha Vida e do programa Mais Médicos) podem pressionar seus partidos para a aprovação.

Os deputados já prepararam um argumento para não

atuar nas comissões mistas: o de que Pacheco determinou a abertura ao responder uma questão de ordem do MDB em sessão do Senado.

Mas, como o tema diz respeito às duas Casas, o correto é que o questionamento fosse feito em sessão do Congresso.

Um técnico experiente, porém, diz que isso deve servir mais para discurso político do que prático, pois Pacheco tem o poder de, sozinho, determinar a instalação das comissões mistas. A questão de ordem no plenário, com apoio de todos os líderes, foi apenas uma forma de aumentar o respaldo político à decisão do presidente do Senado.

A saída para Lira manter a pressão pela mudança no rito das medidas provisórias, disseram deputados e técnicos ouvidos pelo Valor, é não pautar no plenário da Câmara as MPs aprovadas pelas comissões mistas. Isso, contudo, faria com que as propostas do governo Lula perdessem a validade, cenário que poderia causar desgaste ao presidente da Câmara.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) afirmou que, ao não aceitar a proposta de alternância no início da tramitação de cada MP, a Câmara praticamente fechou as portas a qualquer negociação, não havendo outra solução que não seja retomar aquilo que está previsto pela Constituição. Por isso, o governo apoiou a solução.

"Nós temos MPs publicadas que são fundamentais para o funcionamento do Estado brasileiro. Já se passaram praticamente 60 dias e elas não estão tramitando. Em não havendo acordo, retoma-se o texto constitucional", defendeu.

Auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não veem uma solução próxima para o conflito, e a torcida no Palácio do Planalto é por uma "solução externa", ou seja, sem a intervenção do governo. Mas há dúvidas sobre se o Supremo Tribunal Federal (STF), que já foi provocado, entrará nessa briga.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1§ion=1>

Consignado no INSS segue indefinido, diz Caixa

Álvaro Campos e Guilherme Pimenta De São Paulo e Brasília

A presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, afirmou que o governo está discutindo a questão dos juros no crédito consignado para beneficiários do **INSS**, mas que ainda não há uma definição sobre o assunto. "Estão sendo feitas tratativas dentro do governo, com vários ministérios, bancos públicos e outros bancos, para tentar resolver essa questão, mas ainda não há definição final", disse. Ela participou da divulgação do balanço do banco referente ao último trimestre do ano passado, quando a economista Daniella Marques ainda estava na presidência.

Serrano contou que a Caixa foi surpreendida com a redução de juros anunciada na semana passada pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) e resolveu interromper as operações do consignado **INSS** porque, com a nova taxa de 1,7%, as operações não são economicamente viáveis e, assim, vão contra as regras do Banco Central.

"Suspendemos a operação para análise. Informamos ao Ministério da Fazenda que teríamos dificuldade de praticar essa nova taxa. E mesmo que conseguíssemos manter a operação - o que não é permitido, dadas as regras do BC -, não conseguiríamos absorver toda a demanda do mercado.

Temos uma fatia de 8% e se todos os outros parassem, não conseguiríamos absorver tudo." Serrano também afirmou ontem que, no ano passado, a instituição financeira viveu um "período complicado", com venda de ativos, alta rotatividade de empregados e direção e aumento de casos de assédio moral contra empregados.

"O banco adotou programas do governo federal controversos, como o programa de microfinanças, que tem 80% de inadimplência e impactou no provisionamento do banco. Embora tenha um fundo que vai cobrir essas perdas, só vai entrar nos cofres do banco a partir deste ano", comentou em coletiva sobre os resultados do banco em 2022.

A presidente se referiu a um programa lançado ano passado, ainda na gestão do ex-presidente Pedro

Guimarães. Governo e Caixa lançaram o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital) que, apesar do nome, não tem as características essenciais do microcrédito, como a proximidade/ orientação aos clientes e o aval solidário. Guimarães chegou a viajar para Bangladesh, Quênia e outros países para estudar os modelos adotados por lá.

Outros bancos poderiam participar, mas só a Caixa mesmo aderiu.

Foi criado um Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM), constituído pela Caixa, e o FGTS destinou R\$ 3 bilhões para comprar cotas desse fundo. Se no microcrédito tradicional o limite é de R\$ 21 mil, no novo programa ele cai para R\$ 1,5 mil para pessoa física e R\$ 4,5 mil para microempreendedor individual (MEI).

Serrano também citou o empréstimo consignado para beneficiários do auxílio Brasil, que chamou de "excrescência". Segundo ela, o banco emprestou R\$ 7,6 bilhões nessa linha e, mesmo sem ter uma taxa de inadimplência tão alta, em função do grande volume isso afetou o provisionamento e também tirou recursos de outras linhas. Logo quando assumiu o comando da Caixa, a presidente suspendeu a oferta do produto.

"O ano passado foi bastante complicado, com descontinuidade do planejamento estratégico, vivendo a maior crise reputacional dos últimos anos", resumiu a presidente do banco.

A Caixa informou que reconheceu no seu balanço do quarto trimestre impactos de evento subsequente divulgado na mídia em janeiro de 2023, relativo a caso específico de grupo de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial - apesar de o banco não citar nominalmente, trata-se da Americanas.

O banco informou que reforçou a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que alcançou o montante de R\$ 249 milhões, que representa o provisionamento de 50% da carteira em virtude da deterioração do risco de crédito. A exposição da Caixa à varejista era de R\$ 501 milhões.

As despesas de provisão para devedores duvidosos (PDD) tiveram alta de 70,0% no trimestre e 67,5% em

um ano, para R\$ 4,938 bilhões no quarto trimestre. O índice de cobertura caiu para, 219%, de 231,5% no terceiro trimestre e 229,2% no quarto trimestre de 2021.

Marcos Brasileiro Rocha, vice-presidente de finanças e controladoria da Caixa, disse que as provisões foram impactadas por operações de duas grandes empresas, a forte concessão do consignado no auxílio Brasil e o programa de microfinanças.

"O consignado no auxílio já nasce com a perspectiva de provisionamento de 10% da carteira como um todo." Ainda assim, ele afirmou que o banco tem provisão bem robusta para fazer frente à inadimplência de forma geral.

Ele também destacou que o banco ainda está finalizando seu orçamento para este ano, mas que a expansão da carteira não deve ficar distante da média do mercado. "O mercado de crédito como um todo deve crescer 7%, 8% este ano. Nós não devemos ficar abaixo disso", afirmou.

Segundo ele, em um ambiente de alta nos custos de captação, o banco tem duas opções: ou empresta menos, ou eleva as taxas cobradas dos clientes. Para o executivo, a carteira este ano deve crescer menos do que em 2022, mas ficar em linha com a média do mercado. "Temos a intenção de compensar uma eventual diminuição do crédito habitacional do SBPE com um aumento na linha do FGTS".

Sobre a inadimplência, ele afirmou que há uma sazonalidade negativa no primeiro trimestre do ano e pode ser que o indicador suba um pouco, "mas nada que preocupe". Para o ano como um todo, o executivo não vê a inadimplência em patamar muito diferente do registrado no fim de 2022, de 2,09%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500>

Saiba como se prevenir contra empréstimos consignados indesejados e bloquear os golpes

PEDRO NAKAMURA pedro.nakamura@zerohora.com.br

Idosos ou beneficiários de auxílios e aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem estar vulneráveis a golpistas, que estão de olho nos rendimentos desse público. Uma das fraudes praticadas é o "golpe do consignado", quando são realizados empréstimos indesejados em nome de aposentados.

É possível se prevenir do risco desse tipo de fraude ao bloquear a opção de uso de pensões, auxílios ou aposentadorias para a realização de empréstimos consignados por meio do aplicativo Meu **INSS**. Segundo o instituto, este pedido é realizado totalmente pela internet e não é necessário o aposentado se dirigir a até uma agência.

- No Meu **INSS**, existe um campo em que o beneficiário pode colocar uma restrição para não realizar empréstimo consignado em seu nome. Uma pessoa que se sente vulnerável a algum empréstimo fraudulento pode entrar no aplicativo e colocar essa restrição - explica o advogado previdenciário Marcelo Bittencourt, secretário-geral da Comissão de **Seguridade Social** da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ RS).

O bloqueio é uma ação preventiva, que evita a realização de empréstimos indevidos. Não serve para reparar a situação de um beneficiário que já sofreu o golpe e percebeu os descontos no pagamento.

O advogado previdenciário Marcelo Bittencourt afirma que, se um aposentado ou pensionista for vítima de um golpe do consignado, deve abrir um boletim de ocorrência (BO), comunicar o Banco Central de que houve uma fraude e acionar um advogado para tentar reverter o crédito indesejado.

PASSO A PASSO

Como solicitar o bloqueio do consignado no **INSS**: | Entre no Meu **INSS**, seja pelo site (meu.inss.gov.br) ou pelo aplicativo (disponível para Android e iOS) | Clique em "Novo Pedido" | Digite o nome do serviço/benefício, no caso, "bloquear/desbloquear

benefício para empréstimo consignado" e selecione-o | Leia o texto que aparece na tela e avance seguindo as instruções, que solicitam a digitalização de documentos para agilizar a análise do pedido | A partir daí, será necessário preencher o número do CPF do beneficiário e anexar uma foto visível de um documento com foto, além de selecionar novamente que deseja bloquear empréstimos.

| Se quem fizer o pedido for um procurador/representante legal, é preciso apresentar que este forneça a sua identificação mais a procuração ou termo de representação legal (tutela, curatela, guarda), se for o caso.

| Também é possível ligar para a Central de Atendimento do **INSS** pelo número 135 para pedir orientações. O atendimento é de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Como acompanhar a resposta da solicitação O **INSS** diz dar um retorno sobre a solicitação em até 30 dias corridos, em média. Para acompanhar e receber a resposta do processo aberto para bloqueio do empréstimo de consignado, é necessário: | Entrar no Meu **INSS** | Clicar no botão "Consultar Pedidos" | Encontrar seu processo na lista | Para ver mais detalhes, clicar em "Detalhar"

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Governo decidirá sobre consignado do INSS até a próxima terça

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, deu um prazo até a próxima terça-feira (28) para a definição do novo teto dos juros do crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em entrevista aos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ele detalhou a agenda de reuniões nos próximos dias, quando serão feitas tentativas de fechar um valor para o teto.

"Na terça-feira [28], nós temos uma nova reunião do Conselho [de Desenvolvimento Econômico e Social]. Até a sexta-feira [24], nós tentaremos um consenso de uma nova tarifa. Caso contrário, na segunda-feira [27] teremos uma reunião governamental para definir qual é a nossa proposta para submeter ao conselho na terça. Portanto, terça teremos definido o novo patamar o consignado".

Na semana passada, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) reduziu de 2,14% para 1,7% ao mês o teto dos juros sobre o crédito consignado a aposentados e pensionistas do **INSS**. O órgão também diminuiu de 3,06% para 2,62% ao mês o limite da taxa para o cartão de crédito consignado.

No fim da mesma semana, vários bancos privados e públicos, inclusive a Caixa e o Banco do Brasil, suspenderam a oferta de crédito consignado do **INSS**. Segundo o Banco Central, apenas quatro instituições financeiras cobravam taxas menores que 1,7% ao mês: Sicoob (1,68%), Cetelem (1,65%), BRB (1,63%) e CCB Brasil (1,31%).

De acordo com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Sidney Oliveira, o governo e os bancos precisam sair do impasse e chegar a um patamar que atenda aos anseios da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também permita a viabilidade econômica de crédito consignado.

A reforma tributária nos cinco grandes grupos de tributos (Artigo)

MAURO SILVA *Presidente da Unafisco Nacional*

A **reforma tributária** tem sido considerada pelos atores políticos e do setor produtivo como saída do chamado manicômio tributário, situação que vem sendo forjada há décadas por múltiplas mãos: do Executivo, do Congresso Nacional, dos grandes contribuintes e da autoridade tributária.

É certo que alguns fatores são notoriamente disfuncionais em nosso sistema tributário e podem estar contribuindo para travar o crescimento da riqueza nacional e prejudicando a diminuição da desigualdade social. Só por isso, as alterações que comporiam o conteúdo de uma **reforma tributária** estão acertadamente na agenda do governo, que se diz preocupado com a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos mais vulneráveis.

Para facilitar o entendimento do debate em torno do tema, destaco a existência de cinco grandes grupos de **tributos**: **tributos** incidentes no consumo, sobre a renda, que financiam a previdência, e sobre o patrimônio, que incidem no comércio exterior. Entre os fatores que justificam uma **reforma tributária** nos **tributos** sobre o consumo, podemos citar a existência de 27 legislações diferentes do ICMS e de outras tantas do ISS, bem como igual número de modelos de contencioso administrativo, o que eleva o custo de conformidade tributária a níveis que desestimulam o investimento das empresas e causa um represamento trilionário de créditos tributários pendentes de julgamento; a cobrança do ICMS na origem, que promove a guerra fiscal e enfraquece o federalismo; a existência de incontroláveis benefícios fiscais ineficientes; a injustiça social de os mais pobres arcarem com o imposto sobre o consumo. Fácil notar que a simplificação não pode ser o único objetivo de um reforma nesse grupo de **tributos**, posto que trataria apenas de uma de suas disfunções.

Na seara do imposto sobre a renda, a injustiça tributária é a protagonista. Com a defasagem de correção da tabela do Imposto de Renda atingindo 151,46% e com uma arrecadação prevista para o próximo ano que ultrapassa R\$ 400 bilhões, a falta de correção da tabela onera injustamente a classe média em mais de R\$ 230 bilhões, com mais de 20 milhões de brasileiros pagando indevidamente o imposto e outros 19 milhões arcando com um imposto superior

ao devido. Enquanto esse escândalo ocorre, temos os mais ricos sendo privilegiados com a isenção de imposto sobre a renda no recebimento de lucros e dividendos e por meio da tributação nula ou extremamente favorecida de fundos bilionários.

Os **tributos** que servem ao financiamento da previdência vêm sofrendo com a precarização das relações de trabalho. O "empreendedorismo" semiescravista dos aplicativos, a pejetização, verdadeira fraude que cresce pelas brechas da legislação e pelo "estímulo" do empregador, turbinada pela ampliação das MEIs, vêm enfraquecendo a folha de salários como base de cálculo para o principal tributo que financia a previdência dos brasileiros.

Os **tributos** sobre o patrimônio, especialmente o IPVA e o ITCMD, possuem distorções impactantes por sua participação de 1,65% no total de **tributos** arrecadados. Proprietários de jatos e lanchas de luxo não pagam IPVA, ao passo que o proprietário de um carro básico paga 5% do valor do bem. Na transferência de heranças, o ITCMD tem sido negligenciado nas legislações estaduais, com alíquotas que em média atingem 8%, ao passo que no Chile é de 35%, nos EUA 40% e na Alemanha é de 50%. Um limite mínimo para a alíquota em nossa Constituição poderia superar essa distorção.

O grupo de **tributos** que parece ter saído do manicômio parecer ser o dos **tributos** sobre o comércio exterior. Tendo como principal objetivo proteger e incentivar a economia nacional, e não sua arrecadação, são quase inexistentes as demandas por ajustes nesse grupo de **tributos**.

A **reforma tributária**, inspirada no conteúdo de nossa Constituição Federal, não pode estar focada apenas na simplificação e em um único grupo de **tributos**. É preciso que outros objetivos sejam alcançados, como a eliminação dos benefícios fiscais ineficientes, e a redução da carga de **tributos** no consumo dos mais pobres. Temos que olhar para o efeito positivo no desenvolvimento nacional sustentável, para a geração de empregos e renda, para a implicação significativa no crescimento do **PIB** com foco na diminuição das desigualdades sociais e regionais. Assim, haverá sensível melhora na percepção do contribuinte de que caminhamos para a justiça tributária.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/03/24/all.pdf>

REFORMA TRIBUTÁRIA: MAIS RECURSOS SÓ COM AUMENTO (Editorial)

Por Darcy Francisco Carvalho dos Santos - economista | Edição do dia 24/03/2023 - Matéria atualizada em 24/03/2023 às 04h00

Há uma crença generalizada de que para o aumento da participação na carga tributária por estados e municípios basta uma melhor redistribuição do que atualmente está com a União. Como nem tudo o que parece ser é, trata-se de um engano, que passamos a demonstrar.

Quem observa o Regime Geral da Previdência (**INSS**) em que 60% dos beneficiários recebem um salário-mínimo, mesmo valor despendido com a maioria dos demais benefícios sociais; as carências nos atendimentos à saúde pública, e todas as mazelas sociais de nosso País, não tem ideia de que a maioria da carga tributária do governo federal pertence à **Seguridade Social** (Previdência, Saúde e Assistência Social). Para maior clareza, vamos aos dados.

Em 2021, para um **PIB** de R\$ 8,7 trilhões, a carga tributária foi de R\$ 2,9 trilhões ou 33,9%, muito alta para um país emergente. Desse total, foram arrecadados pela União R\$ 1,9 trilhão ou 66,3%. Após efetuadas todas as transferências constitucionais e legal ao demais entes federados, entre outras, restaram líquidos para o governo federal R\$ 1,4 trilhão ou 49% da carga tributária total. A receita líquida total da União, incluindo outras fontes, foi maior, mas menos de 10% a mais. À primeira vista, R\$ 1,4 trilhão parece ser dinheiro que não acaba mais, mas desse total R\$ 960 bilhões, ou 2/3, é vinculado à **Seguridade Social** e, como diria um antigo ministro, é "imexível" e não pode ser redistribuído, além do que a Seguridade apresentou no ano passado um déficit de R\$ 288 bilhões.

Com isso, restaram ao governo federal para as demais destinações R\$ 475 bilhões (16%) da carga tributária total. Esses são os recursos de que o Governo Federal dispõe para investir, no atendimento de 37 ministérios e secretarias, órgãos autônomos (Senado, Câmara Federal, STF, STJ, TCU, etc.), cobrir o déficit da **Seguridade Social**, citado, e, ainda, formar superávit primário. A quantidade de dados deste texto, embora o torne cansativo para muitos, é o que permite

demonstrar de forma mais clara que os demais entes federados não devem alimentar grandes ilusões quanto ao aumento da arrecadação com a reforma, devendo voltar suas preocupações para manterem o que já dispõem, e aprofundarem nas políticas de controle dos gastos em suas gestões locais.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5953>

Reforma tributária e "detalhes" importantes - OPINIÃO JURÍDICA

Luiz Gustavo Bichara é sócio do Escritório Bichara Advogados e procurador tributário do Conselho Federal da OAB

Finalmente parece haver consenso político e social para deliberação da **reforma tributária** sobre o consumo, proposta pelas PECs 45 e 110. Ambas se assemelham na essência ao propor a substituição do PIS/Cofins, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o qual: (i) possuiria base de incidência ampla; (ii) seria totalmente não cumulativo; (iii) incidiria no destino; e (iv) teria alíquotas definidas por cada ente federativo e aplicadas uniformemente a todos os bens e serviços. Além disso, propõem a substituição do IPI por um imposto seletivo sobre produtos cujo consumo se pretenda desincentivar.

As propostas são inequivocamente meritórias ao focarem na adoção de um sistema que funciona bem em mais de 190 países (o do IVA - Imposto sobre o Valor Agregado), e que tende a simplificar a tributação. O caminho é esse.

Todavia há ainda alguns aspectos que precisam ser debatidos com a sociedade, visando uma maior transparência e a garantia de uma transição suave, sem sobressaltos na já combalida economia nacional. Algumas ideias nesse sentido: Parece difícil que haja uma alíquota única, pois o novo tributo afeta setores da economia de forma diferente. Por exemplo, enquanto a principal despesa do setor industrial é de insumos tributáveis, a do setor de serviços é a folha de salários, que não geraria crédito. Assim, a carga tributária nos serviços sofreria um acréscimo brutal; para uma empresa submetida ao regime de lucro presumido, a tributação média sairia de 8,65% (PIS/Cofins/ISS) para 25% (IBS).

Seria mais razoável que o novo tributo tenha algumas faixas (com alíquotas diferentes), tal como ocorre em mais de 80 países.

Muitos contribuintes possuem enormes estoques de créditos acumulados de PIS/Cofins e ICMS, que precisam ser restituídos ou compensados com o IBS. A securitização proposta pela PEC 45 é inaceitável, diante do histórico de inadimplência dos entes federativos. Um país que não paga precatórios não pode esperar que o contribuinte aceite esse tipo de promessa.

Já a questão da extinção de todos os incentivos fiscais deve ser analisada com cautela. Muitos exigiram contrapartidas concretas por parte dos contribuintes (investimentos, geração de empregos etc). Nesses casos é inevitável que se respeite o prazo de fruição dos benefícios contratados. Essa é uma questão elementar de segurança jurídica, expressamente tratada no artigo 178 do Código Tributário Nacional (CTN).

Por outro lado, é correta a premissa desdobrada nas PECs sobre preferência de um subsídio financeiro a um tributário, de maneira a efetivamente só beneficiar aqueles que realmente dele precisam, e não a todos indistintamente. Por isso, meritória a ideia do cash back sobre itens da cesta básica, substituindo a desoneração hoje existente. Mas há de se reconhecer que alguns regimes promovem efeitos positivos sob o ponto de vista econômico e social, e se prestam à consecução da política pública ensejadora de sua criação (como é o caso do Prouni, que viabilizou estudo superior a milhares de jovens a um custo para o Estado muito inferior ao per capita em universidades públicas).

Também é importante a certeza de que IBS será exigido quando da liquidação financeira da operação, evitando-se a tributação de valores inadimplidos. E em hipótese alguma poderia seu creditamento ser condicionado à comprovação do recolhimento do imposto pelo fornecedor, tal qual sugerido na PEC 45. Cabe às autoridades tributárias a fiscalização dos **tributos**, não ao próprio contribuinte.

Deve também a PEC estabelecer a obrigatoriedade de se acrescer o valor do IBS ao preço contratado, inclusive nos contratos firmados antes de sua vigência. Isso permitiria aos contribuintes repassarem o ônus do IBS para o consumidor final, perfectibilizando a pretendida não cumulatividade (sob a ótica formal, ao menos. É claro que a questão da inelasticidade de preços vai se impor e constituir um problema sério para muitos contribuintes).

Noutro giro, é urgente que finalmente se garanta a isenção sobre serviços prestados para o exterior. Em prol do desenvolvimento econômico e inclusão do país na cadeia internacional de valor, impende afastar limitações que negam vigência à isenção, como o

debate sobre local em que o resultado do serviço seja verificado.

Igualmente é necessário concretude no prazo de ressarcimento de créditos.

Ainda que haja regras impedindo repasses para entes que não o procedam, há necessidade de estipulação de salvaguardas objetivas.

Não podemos tampouco esquecer que inexistem quaisquer dados empíricos sobre a arrecadação do IBS, e isso é grave. Para se evitar repentino aumento da carga tributária por conta de um eventual exagero na calibração das alíquotas, deve ser garantido um maior período de transição, com alíquotas simbólicas nos primeiros anos, para que se avalie a sua capacidade arrecadatória e eficiência.

Por fim, é fundamental aproveitar a oportunidade dessa reforma para combater a chaga da sonegação fiscal. Boa parte do problema se resolve com tributação monofásica em setores com alto índice de sonegação (com o IBS incidindo uma única vez, no produtor/importador). Se a alíquota for fixada por unidade de medida, tanto melhor, pois, caso se tenha oscilação de preço do produto, não haverá impacto na carga tributária.

A adoção dessa medida será um tiro certo nos sonegadores contumazes.

O sistema tributário atual está com prazo de validade vencido. A mudança para um IVA moderno é bem-vinda. Mas quanto mais cautela e debate, melhor. A rota é boa, mas não dá para ir no piloto automático.

Luiz Gustavo Bichara é sócio do Escritório Bichara Advogados e procurador tributário do Conselho Federal da OAB

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500>

Urge reformar o sistema tributário do Brasil (Artigo)

HAMILTON MOURAO | Senador (Republicanos-RS) ^

Historicamente, os **tributos** são assunto polêmico, pois os Estados arrogam para si o direito de recolher dos cidadãos aquilo que produzem, devendo ter transparência e razoabilidade no cumprimento dessa tarefa.

O Brasil dos dias atuais tem uma das maiores cargas tributárias do mundo e tratar da reforma é central para destravar o crescimento do país e melhorar a vida da população. O atual panorama favorece a evasão fiscal, traz insegurança jurídica e afasta investimentos.

Somos o país com o maior índice de litigiosidade tributária do mundo. Nosso sistema é complexo, as normas tributárias antigas e de baixa qualidade. O exagerado formalismo conceitual e legal criou um emaranhado de normas, naquilo que deveria ser simples.

O resultado deste somatório de coisas é negativo para o povo, para as empresas e para os cofres

públicos. A nova reforma precisa atuar para diminuir a cumulatividade, o excessivo número de **tributos**, os regimes especiais de tributação e o tratamento diferenciado a cada tipo de mercadoria.

Nosso país, para tornar a economia mais dinâmica e racional, atraindo investimentos, precisa mais do que nunca de uma pragmática **reforma tributária**

Os empreendedores não podem gastar energia para entender e pagar a tributação, deixando de se dedicar à atividade-fim.

O governo de turno planeja tributar o setor de serviços, que representa 70% do **PIB**, em 25%, elevando a carga de **impostos** sobre o setor, fato que certamente resultará em aumento nos preços das passagens, nas mensalidades escolares, nas refeições em restaurantes etc. Há que se ter responsabilidade, ouvir técnicos competentes e desideologizar a construção desse texto.

Nosso país, para tornar a economia mais dinâmica e racional, atraindo investimentos, precisa mais do que nunca de uma pragmática **reforma tributária**, que venha fortalecer nosso pacto federativo, reduzindo a

concentração de arrecadação pela União e direcionando recursos para Estados e municípios.

Por fim, um olhar especial deve ser dado para os cidadãos comuns, os trabalhadores e os mais pobres, pois estas pessoas devem ser protegidas pelo Estado, de forma que possam crescer na construção de uma sociedade mais justa e igualitária

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

Cúpula da reforma tributária articula apoio de governadores da oposição

Painel

A cúpula do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara se antecipou ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e já amarrou o apoio dos três governadores mais proeminentes da oposição hoje: Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Romeu Zema (Novo-MG) e Jorginho Mello (PL-SC).

O movimento tem dois objetivos. O primeiro é evitar que a oposição jogue contra a proposta e dificulte ainda mais a sua aprovação. Ao conseguir apoio dos três, evita que bolsonaristas se oponham por ser um suposto projeto do Lula.

O segundo é garantir o protagonismo da Câmara, que vem tomando a dianteira nas discussões.

Tarcísio esteve com os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e Baleia Rossi (MDB-SP), relator e autor da proposta em tramitação, no último dia 13. Ele tem dado declarações favoráveis à reforma. Jorginho Mello recebeu a visita de Aguinaldo.

Já Zema, como o Painel mostrou, encontrou-se com Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/03/cupula-da-reforma-tributaria-articula-apoio-de-governadores-da-oposicao.shtml>

Dilemas da taxa de juros (Artigo)

Jeferson de Castro Vieira

Jeferson de Castro Vieira

23 de março de 2023 às 21:40

O Banco Central endurece o jogo na definição da taxa de juros com manutenção da Selic em 13,75% ao ano, afirma que riscos continuam para **inflação** elevada e pode, inclusive, aumentar os juros se for necessário. Mesmo com pressão de boa parte da classe empresarial brasileira e do governo, o Comitê de Política Monetária reforça sua posição de ficar vigilante em trazer a meta da **inflação** para seu centro de 3,25% ao ano, de uma **inflação** que está rodando em 5,60%. Até quando vai durar este aperto dos juros altos?

A **inflação** (IPCA fevereiro 2023) continua judiando do brasileiro com índice de difusão de 65%, o que significa que a maioria dos preços de bens e serviços estão em trajetória de alta e que apenas 35% dos mesmos se mostram estáveis ou em queda. A boa notícia é que esse índice em fevereiro de 2022 era de 75% para uma **inflação** de 10,54%, agora em fevereiro a **inflação** está em 5,60%. Portanto, uma trajetória de queda.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional de Comércio e Serviços de fevereiro de 2023, 78,3% das famílias estão endividadas, com dívidas em atraso de 29,8% e 11,6% não terão condições de pagar as contas. As dívidas em atraso que pagam mais juros (37,9%) são da faixa de zero a três salários mínimos, evidenciando que a taxa Selic de 13,75% provoca um impacto significativo na população de baixa renda, o que azeda ainda mais a relação entre o governo e o Banco Central.

O Banco Central está de olho no alto endividamento da população, índice de difusão da **inflação** elevado e nos resultados das contas públicas para calibrar sua taxa de juros Selic. Será que ele conseguirá fazer a **inflação** voltar a sua meta no futuro próximo? Precisarão apertar sua política monetária muito além do que já fez, e por quanto tempo deveria manter os juros em um patamar elevado? Qual será o custo em termos de geração de empregos e de uma possível recessão no primeiro trimestre de 2023 para que o Banco alcance sua meta para a **inflação**?

Os desafios enfrentados pelos governantes brasileiros

são constantes e intensos. Os interesses envolvidos são imensos e nem sempre convergem entre a comunidade financeira, partidos políticos, governo e setores empresariais. Os bancos centrais de todo o mundo são inflexíveis quando se trata de **inflação** acima da meta e podem ter sérias implicações na economia. O Brasil vai seguir o mesmo caminho? É crucial que o governo apresente rapidamente seu arcabouço fiscal, proposta de **reforma tributária** e projetos de parcerias público-privadas para encerrar o debate sobre **inflação** e metas. É importante estar atento aos sinais e ruídos, pois pequenos erros no presente podem se transformar em grandes problemas no futuro.

Site: <https://opopular.com.br/digital/24-marco-2023/1o-caderno>

SIMONE TEBET ESTIMA ROMBO DE R\$ 120 BILHÕES EM 2023

Por G1

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que o déficit nas contas do governo para este ano deve ficar em torno de R\$ 120 bilhões. O déficit primário considera que as despesas ficarão acima das receitas, mesmo antes do pagamento de juros da dívida pública. A previsão de rombo fiscal da ministra para 2023 está acima do valor divulgado nesta quarta-feira pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

As pastas estimaram, por meio de relatório, que o resultado negativo seria menor, em R\$ 107,6 bilhões. Esse valor engloba o pacote de medidas anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em janeiro deste ano - focado principalmente em medidas de aumento da arrecadação (como um novo Refis e a volta do voto de qualidade no **Carf**). De acordo com a ministra, o relatório divulgado ontem pela área econômica não considerava, ainda, o reajuste do salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, previsto para acontecer a partir de maio deste ano.

O valor já foi confirmado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "É uma projeção, mas ela está caminhando no sentido que nós queremos de que o déficit fiscal no Brasil não se encerrará com R\$ 230 bilhões, mas algo em torno, agora, com essa projeção, de R\$ 107 bilhões. Podemos ter uma pequena alteração quando vier o reajuste do salário mínimo em torno de mais alguns gastos, em R\$ 120 bilhões", disse a ministra.

O Orçamento de 2023 previa, originalmente, um rombo de cerca de R\$ 230 bilhões. Em 2022, as contas do governo registraram um superavit de R\$ 54,1 bilhões. Foi o primeiro resultado positivo em oito anos. A ministra também afirmou que o governo vai cortar despesas - algo pedido por analistas para possibilitar um corte de juros mais rápido por parte do Banco Central. Atualmente, a taxa está em 13,75% ao ano. É o maior patamar, em termos reais, do planeta. No maior nível, também, em mais de seis anos.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5953>

Tebet quer ata do Copom "imparcial e justa" com o Brasil

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse ontem (23), esperar que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central apresente justificativa "imparcial e justa com o Brasil" na ata da reunião realizada na quarta-feira, 22, quando o colegiado decidiu manter a taxa de juros básica em 13,75% ao ano. "Não houve surpresa em relação à manutenção da taxa em 13,75% (ao ano). Nós já esperávamos isso. Ainda que não quiséssemos isso, mas já esperávamos.

Então, vamos aguardar a ata. Porque também como foi da outra vez, o **comunicado**, ao meu ver, saiu muito mais apertado do que prevíamos. Vamos aguardar a ata. Que essa ata venha de forma imparcial e justa com o Brasil, trazendo obviamente os fatores externos que levaram o Banco Central a manter a taxa de 13,75%", disse a ministra a jornalistas depois de participar de evento em Brasília sobre Gestão Pública.

Tebet também disse aguardar que o documento do Copom reconheça os fatos que mostram "todo o esforço que o governo federal está fazendo" para conter os gastos públicos e apresentar projetos sociais relevantes com responsabilidade fiscal. A ata será divulgada na terça-feira da próxima semana. Na quarta-feira, foi a quinta vez que o Copom resolveu deixar a Selic no patamar de 13,75% ao ano. O órgão avaliou que a sua decisão "é compatível com a estratégia de convergência da **inflação** para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui os anos de 2023 e, em grau maior, de 2024".

Quando questionada sobre a possibilidade de o Copom seguir com o arrocho nos juros, Tebet disse confiar na equipe econômica, que terá condições de mostrar até maio, quando haverá uma outra reunião do Copom, que o ambiente interno econômico do Brasil está melhorando.

"Estamos no caminho certo", afirmou a ministra. "Nós temos condições, apresentando um bom arcabouço fiscal, evoluindo nas tratativas e também no processo legislativo da **reforma tributária**, além de outros atos que estaremos apresentando no devido tempo de, independentemente dos fatores externos, mostrar que o ambiente interno econômico do Brasil está

melhorando e assim teremos condições, se assim decidir o Banco Central, de baixar as taxas de juros." A fala de Tebet está alinhada às do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que vem reclamando da alta taxa de juros no País, e de outros ministros do governo. Na quarta, o titular da Fazenda, Fernando Haddad, disse ter considerado o **comunicado** do Copom "muito preocupante". O chefe da Casa Civil, Rui Costa, também não gostou. "Não tem país no mundo que pratique juros tão altos como o Brasil. Não tem razão econômica que explique essa decisão", disse.

ARCABOUÇO FISCAL Sobre o novo arcabouço fiscal, a ministra se mostrou confiante na divulgação de seu conteúdo logo que o presidente Lula voltar da China. Ela disse que a "moldura" do novo marco tem todo o aval da pasta que comanda e agora só está passando por ajustes para acomodar a decisão política de Lula "de esticar um pouquinho mais ou de espremer um pouquinho".

"O arcabouço está saindo dentro do Ministério da Fazenda e a sua moldura tem todo o aval do Ministério do Planejamento e Orçamento. Eu posso dizer que a moldura desse arcabouço fiscal está muito boa e agora é hora de analisar parâmetros de acordo com uma decisão política do presidente da República, de esticar um pouquinho mais ou de espremer um pouquinho. Mas tenho certeza que vamos chegar num bom termo, e depois da China o presidente já vai poder anunciar o arcabouço junto com o Ministério da Fazenda", destacou a ministra.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/80>

Bolsa cai 2,29% com decisão do BC e reação de Lula; dólar vai a R\$ 5,29

I MARIA REGINA SILVA, LUIZ LEAL e DENISE ABARCA/SÃO PAULO e RAYANDESON GUERRA/RIO I VINÍCIUS NEDER/RIO

O Ibovespa, principal índice de referência da Bolsa brasileira, registrou ontem queda de 2,29%, e fechou o dia no nível de 97,9 mil pontos - o menor desde 18 de julho passado. Já o dólar chegou a R\$ 5,29, uma alta de 1,01%, refletindo a decisão de quarta-feira do Banco Central de manter a Selic em 13,75% e a tensão crescente entre a instituição e o governo, que aumentou a pressão pelo corte de juros.

A manutenção da taxa básica de juros - que está no maior nível desde 2017 - já era esperada pelo mercado, mas havia a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC indicasse um alívio da política monetária.

Em **comunicado** divulgado após sua reunião, o colegiado não só não deu sinais de que pode antecipar o início de um ciclo de corte de juros, como repetiu que existe a possibilidade de voltar a aumentar a Selic "caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

Como reação, no mercado futuro as taxas de juros fecharam em alta. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 passaram a embutir taxa de 13,17%, ante 13,02% na véspera.

Nas operações com vencimento em janeiro de 2025, a taxa foi de 12,04% para 12,10%.

"O que causou aversão ao risco hoje (ontem) foi o **comunicado** (do Copom), o tom mais conservador, na medida em que havia certo otimismo, uma expectativa de que o BC poderia dar indicação quanto à possibilidade de antecipar o ciclo de redução dos juros", disse Paulo Luives, especialista da Valor Investimentos.

A tensão no mercado cresceu no início da tarde depois de novas críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à condução da política monetária e ao presidente do BC, Roberto Campos Neto. O petista disse que a manutenção da Selic "não tem explicação nenhuma no mundo" e que Campos Neto "tem de cumprir a lei".

"SEM EXPLICAÇÃO".

"Não tem explicação nenhuma no mundo a taxa de juros estar a 13,75% ao ano. Quem tem de cuidar do Campos Neto é o Senado, que o indicou. Ele (Roberto Campos Neto) não foi eleito pelo povo.

Não foi indicado pelo presidente.

Foi indicado pelo Senado", disse Lula, em evento no Rio.

Ainda segundo o presidente, Campos Neto "só tem de cumprir a lei, que estabeleceu a autonomia do Banco Central".

"Quando eu tinha o (ex-presidente do BC Henrique) Meirelles, que foi um indicado meu, eu conversava com o Meirelles. Se esse cidadão quiser, ele nem precisa conversar comigo. Ele só tem de cumprir a lei, que estabeleceu a autonomia do Banco Central.

Ele precisa cuidar da política monetária, mas ele precisa cuidar também do emprego, cuidar da **inflação** e cuidar da renda do povo. Todo mundo sabe que ele não está fazendo isso. Se ele estivesse fazendo, eu não estava reclamando." Mais cedo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o Brasil tem uma taxa de juros desproporcional para a situação atual e que o governo "está fazendo a sua parte" para garantir uma redução dos juros.

"Era importante que saísse o arcabouço fiscal, mas, pelo jeito, ainda não encontraram uma proposta.

O governo quer produzir superávit primário de 1% do **PIB**, mas é difícil cortar. Quer chegar a uma situação de crescimento.

Tem uma agenda imediatista.

Isso contamina. Não dá para cortar juros com essa **inflação**", criticou Pedro Paulo Silveira, gestor da Nova Futura.

Após a volta parcial da tributação sobre a gasolina, no começo de março, a equipe econômica dobrou a cobrança por uma sinalização do Copom sobre o início do corte da Selic.

No mercado financeiro, a expectativa é de que isso

ainda possa ocorrer a partir do segundo semestre.

O Copom até citou a reoneração dos combustíveis como responsável por reduzir a incerteza sobre os resultados fiscais de curto prazo, mas disse que permanecem alguns fatores de risco: a maior persistência das pressões inflacionárias globais; as dúvidas sobre o novo arcabouço fiscal no País e seu impacto na trajetória da dívida pública; e um aumento das expectativas de **inflação** para prazos mais longos.

Para ex-diretor do BC, há espaço para aceno de "alívio" nos juros

O Banco Central adotou uma visão "muito estreita" do cenário econômico ao manter a Selic em 13,75% ao ano e não indicar a possibilidade de cortes.

A avaliação é do ex-diretor de Assuntos Internacionais do próprio BC Tony Volpon, que já ocupou posições em instituições financeiras como Nomura, UBS e WHG e se prepara para ministrar um curso como professor visitante, em setembro, na Universidade Georgetown, nos Estados Unidos.

Para Volpon, tanto a **inflação** corrente quanto as expectativas estão elevadas, o que não permitiria neste momento passar a política monetária de contracionista para expansionista.

Mas ele defendeu que algum alívio no nível de contração poderia ter sido sinalizado para as próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), em função dos sinais de crise de crédito.

"O Copom está sendo muito estreito na perspectiva.

Não está vendo o todo, não está vendo todo o jogo, está vendo a bola à sua frente e acabou", disse.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crítica de Haddad a comunicado do Copom é a 1º de um ministro da Fazenda no regime de metas

Eduardo Cucolo

Pela primeira vez desde a implantação do regime de metas de **inflação** no Brasil, um ministro da Fazenda criticou publicamente o **comunicado** sobre a decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) em relação à taxa básica de juros.

As afirmações desta quarta-feira (22) feitas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), no entanto, fazem parte de um longo histórico de críticas de autoridades do Executivo à Política Monetária. Veja algumas dela.

HADDAD VS. CAMPOS NETO

Ao manter a taxa de juros no patamar de 13,75% ao ano nesta quarta (22), o comitê do Banco Central enfatizou a "deterioração adicional" das expectativas de **inflação** e deixou a porta aberta para retomar o ciclo de elevação dos juros, caso considere necessário.

No mesmo dia, Haddad afirmou a jornalistas: "Eu considerei o **comunicado** preocupante, muito preocupante, porque hoje nós divulgamos o relatório bimestral da Lei de Responsabilidade Fiscal mostrando que nossas projeções de janeiro estão se confirmando sobre as contas públicas [com déficit menor]."

"A depender das futuras decisões, nós podemos inclusive comprometer o resultado fiscal, porque daqui a pouco você vai ter problema das empresas para venderem, recolherem **impostos**."

MANTEGA VS. MEIRELLES

Enquanto esteve à frente do BC, nos dois primeiros governos Lula (2003-2010), o ex-ministro Henrique Meirelles sofreu pressões de diversos membros do Executivo pela redução dos juros.

Em 2007, durante o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega (2006-2014) cobrou de Meirelles que continuasse a reduzir a taxa básica.

Ao citar as projeções de mercado que serviram de base para a elaboração do programa, Mantega disse: "Primeira conclusão é que o mercado está esperando uma redução da taxa Selic. A continuação, viu, Meirelles?".

A afirmação foi feita um dia antes da reunião do Copom, que no dia seguinte reduziu a taxa de 13,25% para 13% ao ano -a Selic já estava sendo reduzida desde setembro de 2005.

JOSÉ ALENCAR VS. MEIRELLES

Vice-presidente nos dois primeiros mandatos de Lula e ministro da Defesa de 2004 a 2006, José Alencar também verbalizou diversas críticas ao Banco Central.

"O país vai muito bem, apesar da política monetária", afirmou o vice em agosto de 2008 diante de uma plateia com oito ministros.

Em 2005, na condição de presidente interino da República rotulou como "crime" a política de juros. "Estamos pagando dez vezes a taxa média básica real do mundo. Dez vezes. Isso é um crime."

Em janeiro de 2009, um pouco antes de o BC começar a cortar os juros em reação aos efeitos da crise gerada pela quebra do banco Lehman Brothers (que ocorreu em setembro do ano anterior), Alencar afirmou que esse não era "assunto para técnicos, mas uma decisão política". "Temos que dar ao Banco Central a ordem para que pratique uma taxa mais competitiva."

DILMA E TOMBINI

Na gestão Dilma Rousseff (2011-2016), o então presidente do BC, Alexandre Tombini, teve uma atuação que pode ser chamada de mais alinhada aos demais membros da equipe econômica.

Com a **inflação** ameaçando superar o limite da meta (6,5% na época) em 2013, o BC se preparava para voltar a subir o juro, depois de reduzi-lo a 7,25% ao ano. Naquele momento, Dilma dizia não concordar com políticas que reduzem o crescimento para

combater a **inflação**, "esse receituário que quer matar o paciente para acabar com a doença".

A Selic chegaria a 14,25% ao final do seu governo.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50225&maxTouch=0&_ga=2.65186734.1663890843.1679637793-1380897342.1635735907

Copom "não pode ficar longe da meta", defende Lira

IIANDER PORCELLA /BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PPAL), disse ontem que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central só terá instrumentos para indicar uma eventual baixa na taxa básica de juros depois do anúncio do novo arcabouço fiscal - em estudo pelo Ministério da Fazenda. Em meio a críticas do governo à manutenção da Selic em 13,75% ao ano, o deputado afirmou que a autoridade monetária não pode se guiar por um texto de regra fiscal que ainda nem é público.

"Quando você faz uma análise econômica, técnica, o Copom não pode ficar longe da meta de inflação. Se a meta de inflação está longe, está distante da régua, e ele baixa os juros, a gente corre o risco de ter um processo inflacionário. E o processo inflacionário custa muito mais caro do que o efeito danoso do aumento dos juros", afirmou Lira.

A expectativa era de que a proposta da nova âncora - que vai substituir o atual sistema de teto de gastos - fosse apresentada ainda nesta semana, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adiar o anúncio para depois de sua viagem à China (que ocorrerá de 26 a 31 de março), para discutir o aumento de gastos nas áreas de saúde e de educação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Regra fiscal só depende de aval de Lula, diz Tebet

Edna Simão De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que a "moldura" do arcabouço fiscal está "muito boa" e depende de análise dos parâmetros a partir de decisão política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "esticar um pouquinho mais ou de espremer um pouquinho".

O novo arcabouço deve ser apresentado quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornar de viagem à China.

Tebet reforçou que o modelo que vem está saindo do Ministério da Fazenda tem "todo aval" da pasta do Planejamento.

A ministra ainda destacou o esforço que o governo está fazendo para reduzir gastos e que isso vem sendo concentrado em corte de supérfluo. Segundo ela, neste momento em que o país não cresce e há 33 milhões de pessoas passando fome não é a hora de falar em cortes de gastos.

"É hora de falar de qualidade de gasto. O corte que estamos fazendo é no supérfluo, na gestão, em relação à máquina pública." De acordo com a ministra, o déficit primário do governo central pode fechar o ano em R\$ 120 bilhões, considerando ajustes como o reajuste do salário mínimo que deverá ser concedido a partir de maio.

Na quarta-feira, 22, a equipe econômica divulgou o primeiro relatório bimestral sobre o comportamento das receitas e despesas esperados para o ano e reduziu a previsão de déficit primário de R\$ 228,1 bilhões para R\$ 107,6 bilhões.

Ela ressaltou que o déficit vai cair de 2,3% do **PIB** para 1% do **PIB**.

"O relatório bimestral projeção mostra que um dos objetivos nossos de reduzir o déficit fiscal já começa a acontecer", destacou a ministra, após participar de evento no Congresso Nacional sobre gestão pública. "É mera projeção, mas está caminhando no sentido que nós queremos." A ministra ressaltou que a dívida do país preocupa e que a relação dívida/**PIB** ainda está num patamar elevado. Neste cenário, é preciso ter responsabilidade e equilíbrio para fazer

investimentos sem pressionar a **inflação**, segundo ela.

"Todos os gastos que estamos fazendo no momento são gastos impositivos", destacou, acrescentando que portaria interministerial prevê que os ministérios façam uma revisão dos restos a pagar, programas, ações que foram realizadas e que estavam sendo realizadas, e contratos no ano passado para ver a legalidade e se ainda são necessários.

Questionada sobre se seria possível reduzir os juros com um déficit fiscal de R\$ 120 bilhões previsto para o ano, Tebet disse que esse déficit já estava precificado com a aprovação da PEC da Transição no fim do ano passado.

Segundo a ministra, a PEC veio para se fazer o que era necessário já que os servidores não tinham aumento de salários há quatro anos e era preciso reforçar orçamento de programas como o Minha Casa, Minha Vida para atender a população mais carente.

No caso do MCMV, ela falou que o governo passado não abriu em quatro anos a contratação de casas populares para famílias com renda mensal de até R\$ 1,5 mil. Para atender esse público mais carente, o orçamento do programa foi reforçado em R\$ 10 bilhões. "Todos os recursos colocados na PEC, que geraram déficit fiscal, são recursos de programas fundamentais e sociais."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1§ion=1>

Para FMI, BCs precisam melhorar a transparência

Sérgio Tauhata De São Paulo

Para salvaguardar a independência, os bancos centrais precisam melhorar a transparência. O alerta vem do Fundo Monetário Internacional (FMI), em artigo publicado no blog da entidade e assinado pelo diretor do Departamento Monetário e de Mercado de Capitais, Tobias Adrian, pelo diretor-assistente Jihad Alwazir e pelos especialistas seniores do setor financeiro Ashraf Khan e Dmytro Solohub.

Na visão do grupo, as turbulências econômicas e financeiras têm levado a uma pressão em alguns países pela revisão da autonomia dos formuladores de políticas monetárias.

"Na medida em que os BCs aumentam os juros para conter a **inflação**, as partes interessadas aumentam seu escrutínio. Em alguns países, os formuladores de políticas enfrentam apelos crescentes para rever sua autonomia." Conforme os dirigentes do FMI, "para manter a confiança do público, salvaguardar a independência e aumentar a eficácia das políticas diante de tais desafios, as autoridades monetárias devem se concentrar na transparência e na prestação de contas". O texto cita o ex-presidente do Riskbank, da Suécia, Stefan Ingves, que resumiu o desafio em uma frase: "a independência exige transparência".

O FMI, afirmam os autores, reconheceu a importância da transparência e a promoveu ativamente.

A diretoria-executiva em 2020 adotou um novo Código de Transparência do Banco Central voluntário, um conjunto abrangente de princípios que preveem mandatos, funções e operações.

"Com base no código, o Fundo oferece aos bancos centrais a oportunidade de participar de uma revisão de suas práticas de transparência", aponta o artigo.

"As revisões ajudam os BCs a avaliar sua transparência e responsabilidade, facilitando uma comunicação mais eficaz e um diálogo mais bem informado com legisladores, investidores e indivíduos." Até o momento, o FMI revisou os bancos centrais de Canadá, Chile, Marrocos, Macedônia do Norte, Seychelles, Uganda e Uruguai, abrangendo governança, políticas, operações, resultados e relações com outras partes interessadas oficiais, como

reguladores governamentais e financeiros. As análises destacam a importância da transparência para facilitar a prestação de contas, além de detalhar o desempenho do banco central e o cumprimento dos mandatos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500>

Por que o Copom ainda não cortou os juros?

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

Em meio às críticas crescentes ao Banco Central, vale uma leitura mais atenta do **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) para entender porque, na visão do colegiado, não foi possível ainda uma redução da taxa básica de juros, hoje fixada em elevados 13,75% ao ano.

O Copom pratica no Brasil, como outros bancos centrais do mundo, o chamado "inflation forecast targeting". Essa expressão em inglês significa que, basicamente, o BC projeta a **inflação** nos anos à frente, supondo diferentes trajetórias para a taxa de juros, e verifica se o índice de preços está dentro das metas de **inflação**.

Se a **inflação** projetada estiver acima da meta, o Copom sobe mais o juro; se a **inflação** estiver abaixo da meta, pode cortar o juro.

A decisão é um pouco mais complicada que isso, porque o Copom também faz a análise dos riscos de seu cenário e um julgamento subjetivo da situação. Mas todo o processo analítico começa com as projeções de **inflação**.

Uma das projeções feitas pelo Banco Central assume, apenas como hipótese de trabalho, que os juros vão se comportar da forma prevista pelos analistas econômicos na pesquisa Focus.

O que atualmente os economistas privados preveem é que os juros vão cair pela primeira vez em novembro, para 13,25% ao ano, e novamente em dezembro, para 12,75% ao ano. Fazendo as suas contas, o Banco Central projetou uma **inflação** de 5,8% para 2023, acima da meta (3,25%). Para 2024, encontrou uma **inflação** de 3,6%, acima da meta (3%).

O número mais importante para a decisão do Copom, porém, foi a projeção de **inflação** do período de 12 meses que se encerra em setembro de 2024. Esse é o período em que o Banco Central se propõe a cumprir a meta, por dois motivos. Está longe o suficiente para a **inflação** se livrar de ruídos de curto prazo que afetam os índices de preços, como a volta recente do imposto sobre combustíveis.

E nesse horizonte de tempo a política monetária terá efeito máximo sobre a **inflação**.

Para esse período de 12 meses até setembro de 2024,

o Banco Central projeta uma **inflação** de 3,8%. Não há meta definida para esse prazo, já que o Brasil usa o sistema de anos-calendário. Mas, em termos práticos, o BC trabalha com um objetivo de 3,06%, que é uma média ponderada das metas de 2023 e de 2024.

Pelas projeções, fica claro que a **inflação** prevista está acima da meta. Isso significa que a dose de juros tem que ser maior do que a prevista pelos analistas econômicos.

Ou seja, não daria para cortar o juro a partir de novembro.

O BC fez uma segunda projeção de **inflação**, desta vez assumindo a hipótese de trabalho de que os juros vão ficar altos por um período mais prolongado de tempo - por todo o horizonte relevante de política monetária.

Nessa projeção, chegam a uma **inflação** de 3,3% nos 12 meses até setembro de 2024, também acima do objetivo, de 3,06%.

Todos esses cálculos significam que, em tese, os juros teriam que ficar altos por ainda mais tempo, ou mesmo subir além de 13,75% ao ano. Então, na reunião de ontem, a discussão deveria ser sobre mais aperto, não baixa de juro.

Mas, no fim das contas, o BC não sinalizou juros ainda mais altos, pelo menos não de forma clara. Não sinalizou porque suas decisões não são tomadas de forma mecânica, e há outros fatores a serem analisados, como os riscos e incertezas.

E como fica a desaceleração de crédito, depois de todo o aperto monetário e do escândalo da Americanas?

O BC está ignorando a crise bancária nos Estados Unidos e Europa? Não tem o risco de a economia desabar? E o que dizer do recuo dos núcleos de **inflação** e da queda de preços de commodities?

O Copom está acompanhando todos esses eventos com atenção, mas por enquanto a maioria deles é tratada como risco, não como algo que se materializou. Dessa forma, não fazem parte do cenário central de projeção de **inflação**. O cenário de projeção leva em conta uma desaceleração mais ou menos suave do mercado de crédito e da própria atividade econômica. No **comunicado**, o Copom informa que,

por hora, a atividade está caminhando da forma prevista.

A queda dos preços de commodities entrou nas projeções de **inflação**, mas não foi suficiente para baixá-la. Outra força poderosa - a desancoragem das expectativas de **inflação** - teve efeito mais forte, na direção contrária. O mercado projeta **inflação** de 6% em 2023 e de 4,1% em 2024, acima das estimativas do BC. E o viés é de alta.

Os núcleos de **inflação**, que excluem preços mais voláteis, recuaram bem nos últimos meses, mas o Copom disse no seu **comunicado** que eles seguem em patamares incompatíveis com o cumprimento das metas de **inflação**. Ou seja, caíram, mas ainda estão muito altos.

Mas os riscos não afetaram a decisão do Copom? Provavelmente sim, tanto que o colegiado não fez uma sinalização explícita de que a dose de juro tem que ser mais forte do que a prevista pelo mercado, apesar de a **inflação** projetada estar acima da meta.

Só na semana que vem, com a divulgação da ata do Copom, saberemos o que está na cabeça dos membros do comitê. Mas, aparentemente, eles estão convencidos de que, diante dos riscos mais pronunciados, devem ir com mais calma na sinalização sobre juros. Nesse caso, talvez a palavra mais adequada a ser usada seja incerteza, no sentido de que o ambiente está tão turvo que é difícil medir de forma muito segura os riscos.

Por ora, com a informação disponível, os riscos não seriam graves o suficiente para fazer o Banco Central baixar os juros já. O Copom faz o que chama de balanço de riscos, e eles estão equilibrados.

De um lado, olha os riscos que podem fazer a **inflação** superar o projetado. Entre eles, a nova regra fiscal ser um fiasco; as expectativas de **inflação** continuarem a subir; e o surto inflacionário mundial ser mais persistente.

Do lado dos riscos que podem fazer a **inflação** ficar abaixo do previsto, estão uma possível desaceleração mais forte da economia mundial, inclusive devido a eventuais efeitos da crise bancária no mundo desenvolvido; uma queda mais pronunciada do nosso mercado de crédito; e um recuo mais forte dos preços das commodities.

O resumo da situação, para um BC que faz "inflation forecast targeting", é que a **inflação** projetada está acima da meta, e os riscos no cenário não indicam que o Copom deve pesar os números para um lado ou para o outro.

Diante dessa situação, se fosse agir já, o Copom deveria ter sinalizado abertamente mais juros que o previsto pelo mercado. Não fez isso, aparentemente, porque acha que o ambiente é muito incerto.

Agora deve observar o desenrolar da situação, em particular como vai evoluir, de um lado, a economia mundial, em meio a uma crise bancária, e o nosso mercado de crédito. De outro lado, observar se as expectativas de **inflação** - que são afetadas pelos ataques ao BC, pela incerteza sobre a regra fiscal e por toda a conversa sobre mudança de metas - vão pelo menos parar de piorar.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500>

Com Selic em 13,75%, Brasil segue com juros reais mais altos do mundo, diz pesquisa

O Brasil continua liderando o ranking de países com os maiores juros reais do mundo, aponta um levantamento da gestora InfinityAsset Management que compila dados das 40 principais economias globais.

Os juros reais são a taxa de juros corrente descontada a **inflação**. Neste mês, eles marcaram 6,94% no Brasil, após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), de manter a Selic em 13,75% ao ano.

Com isso, o país se mantém no topo do ranking pela quarta vez consecutiva, seguido por México, Chile, Filipinas e Indonésia, respectivamente. Segundo a Infinity Asset, esse seria o caso mesmo se o BC optasse por um corte de juros em 0,5 ponto percentual.

Em termos nominais - ou seja, que leva em conta apenas os patamares atuais das taxas de juros -, o Brasil fica em segundo lugar, atrás da Argentina e à frente de Hungria, Colômbia e Chile.

"O movimento global de políticas de aperto monetário continuou a ganhar força, com o aumento expressivo no número de BCs sinalizando preocupação com a **inflação**, mesmo com a queda do preço de commodities", afirma a gestora, em **comunicado**.

"No geral, entre 156 países, 61,54% mantiveram os juros, 32,69% elevaram e 5,77% cortaram. No ranking, entre 40 países, 42,5% mantiveram, enquanto 55% elevaram as taxas e 2,5% cortaram".

Na metodologia usada pela Infinity, são usadas tanto as taxas de juros futuros para 12 meses à frente (DI com vencimento em março/24) quanto a projeção de mercado para a **inflação**, também para daqui a 12 meses. Pelo Boletim Fôcus, relatório semanal de projeções econômicas do BC, a **inflação** esperada para o período é de 5,56%.

Site:

<https://agazetadoamapa.com.br/arquivos/assinaturas/800/Jornal-A-Gazeta-24.03-2023.pdf>

Ibaneis dará reajuste para 220 mil servidores

Ana Maria Campos

Um dos compromissos de campanha de Ibaneis Rocha (MDB) com o funcionalismo público está em vias de ser concretizado.

O governador anunciou ontem o envio à Câmara Legislativa de projeto de lei que autoriza a concessão de reajuste linear de 18% para servidores da ativa, pensionistas e aposentados.

O aumento será aplicado em três etapas, com pagamento de 6% a cada ano, chegando ao total proposto de 18% em 2025. A primeira parcela do reajuste será concedida a partir de 1º de julho de 2023, com pagamento no mês seguinte.

Ibaneis reuniu deputados ontem para anunciar a medida, em reunião no Palácio do Buriti. O apoio dos distritais é fundamental para aprovar o benefício com urgência. Estiveram com o governador o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), o vice, Ricardo Vale (PT), o líder do governo, Robério Negreiros (PSD), além Roosevelt Vilela (PL) e Martins Machado (Republicanos).

O emedebista fez uma explanação sobre as contas do governo. O reajuste terá um impacto anual de R\$ 1,3 bilhão, somando R\$ 5,3 bilhões até 2025.

"Tinha o compromisso desde a eleição passada de conceder um reajuste mais do que merecido. Na gestão passada, honramos o pagamento da terceira parcela do reajuste e agora vamos conceder o aumento. A intenção é valorizar cada vez mais os servidores e valorizar ainda mais os concursos públicos", afirmou Ibaneis.

Para a maior parte das categorias do GDF, o último aumento salarial teve previsão legal em 2013, 2014 e 2015, durante o governo de Agnelo Queiroz (PT). Mas, por dificuldades financeiras, a terceira parcela do reajuste foi suspensa na gestão de Rodrigo Rollemberg (PSB), e efetivamente paga em 2022, no último ano do primeiro mandato de Ibaneis.

O aumento incluirá todos os **servidores públicos** ativos, aposentados e pensionistas civis da administração direta, autárquica e fundacional de forma isonômica.

Ficam de fora apenas os integrantes das forças de segurança.

A vice-governadora Celina Leão (PP), quando esteve no exercício do governo, enviou ao governo federal a mensagem com o reajuste de 18% para a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

O pagamento ocorrerá de uma só vez, mas depende do aval da Presidência da República e do Congresso Nacional, uma vez que os salários desses servidores são custeados com recursos federais oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Incidência O reajuste concedido será de 6% a cada ano, portanto, no fim, superará os 18%, uma vez que o aumento incidirá sempre sobre o valor pago no ano anterior.

Em 2025, a recomposição salarial será de 19,1%.

Presidente do Sindireta-DF, entidade que representa servidores da administração pública do DF, Ibrahim Yusef acompanhou ao lado dos distritais a assinatura dos projetos de lei por Ibaneis ontem pela manhã, no Palácio do Buriti. O sindicalista considerou uma vitória. "Estamos felizes com essa política de valorização dos servidores. Antes, nós éramos chamados ao palácio para tirarem nossos direitos", afirmou.

O presidente do Sindicato dos Médicos, Gutemberg Fialho, também avaliou como um avanço, mas ainda tímido. "O reajuste é um fato positivo, entretanto as perdas salariais são enormes e o anunciado não recompõe nem a **inflação** do período", destacou Gutemberg.

Comissionados Para os cargos em comissão, o reajuste definido pelo GDF é de 25%, valendo também a partir da folha de julho que é paga em agosto. A tabela de vencimentos para os cargos comissionados teve sua última atualização em julho de 2011.

Segundo a exposição de motivos encaminhada em anexo ao projeto que prevê esse aumento, o índice de 25% "servirá como ferramenta de redução da rotatividade dos cargos comissionados no âmbito da administração".

De acordo com o secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Ney Ferraz, o aumento da remuneração dos comissionados também beneficia os servidores efetivos, já que cerca de metade desses é ocupada por servidores de carreira. "Para milhares de servidores, o reajuste final será maior, porque o

impacto será no salário efetivo e na representação do cargo comissionado", afirma Ferraz.

O secretário e sua equipe trabalharam nos últimos meses nos estudos para avaliar a disponibilidade orçamentária e financeira que garanta um aumento sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Agora, segundo Ferraz ressaltou na reunião, é hora de trabalhar para garantir que o aumento seja executado. No total, os reajustes vão beneficiar 220 mil servidores, entre os da ativa, aposentados, efetivos e comissionados (confira quadro).

Pressa O presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB), disse que a votação deve ocorrer logo. "Os servidores passaram anos e anos sem esse reconhecimento.

O governador teve esse cuidado e a Câmara Legislativa fará a sua parte. Vamos votar o projeto o mais brevemente possível", garantiu.

Vice-presidente da Casa, Ricardo Vale (PT), que integra a oposição ao governo Ibaneis, afirmou que os servidores esperavam um percentual de recomposição salarial maior. Mas também se comprometeu a ajudar na aprovação do reajuste.

Políciais penais Outra medida tomada pelo governador Ibaneis Rocha foi o envio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de duas minutas de textos legislativos. O primeiro trata da organização da carreira dos policiais penais e o segundo repassa à União a competência para manter financeiramente os vencimentos desses servidores.

A ideia é que sejam beneficiados pelo reajuste de 18% e passem a ser mantidos com a recursos do Fundo Constitucional, como ocorre com os demais servidores das forças de segurança do DF.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/24/all.pdf>

Reajuste de 18% para servidores

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), assinou, na manhã de ontem, o Projeto de Lei (PL) que concede um reajuste salarial de 18% para todos os **servidores públicos** da capital federal.

O intuito da gestão é fazer o pagamento de forma gradual, em três parcelas, sendo 6% no mês de julho de 2023, 6% em julho de 2024 e mais 6% em julho de 2025. Agora, o texto será encaminhado para a análise da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Conforme foi dito pelo governador, a proposta tem o objetivo principal de valorizar o serviço público: "Nossos servidores são preparados, pessoas que nos apoiam, nos ajudaram durante a pandemia e que fazem as políticas públicas andarem.

Os levantamentos feitos pelas Secretarias de Fazenda e Planejamento apontam que nossas contas suportam os reajustes, o aumento da folha de pagamento e a inclusão de novos concursos públicos", afirmou.

Ao todo, o GDF é composto por 37 categorias de funcionalismo público, que abrange cerca de 210 mil profissionais.

Participaram da solenidade de assinatura a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, o secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do DF, Ney Ferraz, representantes sindicais e deputados distritais, entre eles, o presidente da CLDF, Wellington Luiz. Na ocasião, os parlamentares destacaram que o reajuste poderá melhorar a qualidade de vida dos servidores e o serviço público no geral, e que o grupo não irá medir esforços para que a valorização seja cumprida.

Wellington Luiz prometeu que a Câmara Legislativa "fará a sua parte".

O reajuste é uma promessa de campanha do governador, que pretende contemplar os servidores ativos, aposentados e pensionistas civis da administração direta, autárquica e fundacional, de forma isonômica. Comissionados também serão beneficiados, com um reajuste de 25%, pago em parcela única. Segundo os cálculos do governo, o impacto financeiro da medida é estimado em R\$ 1,3 bilhão por ano, e a folha de pagamento do funcionalismo público deve atingir R\$ 5,3 bilhões, sendo que todos os valores devem ser incluídos na Lei Orçamentária.

Para Ibrahim Youssef, presidente do Sindicato dos Servidores da Administração Pública, o gesto é de valorização e um motivo de alegria.

Em resposta, Ibaneis declarou: "Sei o que passa na cabeça dos sindicalistas, tenho respeito e é um movimento importante de diálogo com o governo".

Percentuais altos De acordo com economistas, os percentuais são altos diante o cenário atual na capital da República, e para suprir o novo nível de despesas, a gestão distrital deverá analisar a colocação de recursos, observando ainda o Fundo Constitucional, que depende do governo federal.

Ao Jornal de Brasília, o economista Alexandre Arci explicou porque o reajuste será feito em parcelas: "Como o governo ultrapassou o percentual de 95% da relação de despesa e receita em 2022, foi recomendado um ajuste fiscal de contenção de gastos e por isso foi feita a divisão". Segundo o especialista, para amenizar o impacto do reajuste nas contas públicas, o GDF deve buscar ajustar as contas internas, minimizar desperdícios e aquecer a economia. "Com a economia aquecida o governo terá mais **tributos** e assim gera uma folga dentro do próprio orçamento", contou.

A última recomposição salarial de servidores do DF foi concedida em 2013, quando Agnelo Queiroz (PT) liderava o Buriti, contudo, o pagamento da terceira parcela só ocorreu em 2022, depois de passar por avaliações judiciais e administrativas.

Ainda em 2022, o governador Ibaneis surgiu com a proposta da concessão de um novo reajuste, e explicou que faria separadamente outras recomposições em determinadas carreiras. Nesse quesito, foi enviada ao Congresso Nacional, em fevereiro, a proposta de reajuste das forças de segurança do DF, as quais não estão incluídas na proposta enviada ontem.

210 mil profissionais do serviço público do GDF poderão ser beneficiados com o aumento 1,3 bilhão de reais por ano é a estimativa de impacto nos cofres 5,3 bilhões deve ser o valor gasto com a folha de pagamento

O reajuste é uma promessa de campanha do governador, que pretende contemplar os servidores ativos, aposentados e pensionistas civis.

Reforço para a Saúde Ibaneis Rocha também quer reforçar o atendimento da rede pública de saúde do DF, que atualmente passa por uma crise.

"Na saúde já contratamos 1,3 mil servidores, mas já tem outro concurso aberto, para chegar até 3 mil servidores nom ead os", contou. A gestão já anunciou a construção de mais quatro hospitais regionais que, conseqüentemente, necessitarão de novos profissionais.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-f2dc24eeb8374eef5003b7c1dae3d51a.pdf

'Ficou claro que teremos ótimas relações', diz ministro da Agricultura sobre aproximação entre Brasil e China

Por Marcelo Ninio* - Pequim

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, pôde comemorar duas vitórias já em seu primeiro dia de visita à China, ontem. Além de suspenderem o embargo à importação de carne bovina do Brasil, as autoridades sanitárias chinesas também anunciaram a habilitação de mais quatro frigoríficos brasileiros para a venda do produto ao país asiático.

A decisão ocorre três dias antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcar para a China, onde deve se encontrar com o presidente do país, Xi Jinping, para discutir avanços na pauta comercial entre as duas nações, entre outros temas.

Em entrevista ao GLOBO pouco após a reunião com o chefe da agência sanitária chinesa, o ministro indicou que os avanços foram facilitados pelo clima político favorável nas relações bilaterais entre os dois países.

O último embargo da China à carne bovina brasileira, em 2021, durou mais de três meses. Desta vez a liberação veio após 29 dias. O clima político ajudou?

Durante a conversa com o ministro do GACC (autoridade sanitária chinesa), ele chegou a dizer que o governo chinês ficou muito feliz com a vitória do presidente Lula. Ficou muito claro que nós teremos um momento de ótimas relações.

Nós também fizemos questão de dizer que, mais do que ampliar as nossas relações comerciais, e isso é muito importante, o nosso maior objetivo é retomar as boas relações diplomáticas, as relações de amizade com o povo chinês. Os outros serão consequência.

Os termos de cooperação técnica, científica, as relações comerciais, tudo isso virá automaticamente. E eu senti reciprocidade. As análises são técnicas, mas se houver uma boa relação, um bom amigo passa a ser prioridade.

Esse clima político favorável permite ao Brasil reivindicar uma mudança no protocolo sanitário com a China sobre casos do mal da vaca louca, para evitar novos embargos?

Eles já se manifestaram que estão dispostos a discutir esse protocolo, mas antes de mais nada é preciso ressaltar o grande trabalho feito pela ministra Kátia Abreu (que assinou o protocolo em 2015). Quando esse protocolo foi construído, havia incerteza ainda porque não havia a diferenciação entre vaca louca típica e atípica.

Imagine se a ministra tivesse dito que iria analisar cada caso, ou restringir alguma região. Eles não teriam assinado o protocolo, e o Brasil não estaria com esse mercado aberto. O que aconteceu de 2015 para cá? 61% das exportações de carne bovina brasileira para a China, US\$ 8 bilhões por ano. Graças a esse protocolo.

Agora é fácil criticar o protocolo e dizer que ele é muito rígido. Se não tivéssemos assinado, não teríamos o mercado que temos hoje. Com o passar dos anos e os seis casos de vaca louca, todos eles atípicos (isolados e sem risco de disseminação), e a condução transparente do Brasil, é possível sim pedir um novo protocolo em outros parâmetros, que não venha a suspender todo o país. As críticas a esse protocolo, com todo o respeito, são levianas, depois de construir uma relação de oito anos exportando, vendendo qualidade, dando transparência.

É preciso ver o momento em que a ministra Kátia Abreu assinou. Era pegar ou largar, e ela pegou. Trouxe grandes oportunidades. Agora é um grande momento para a revisão do protocolo, que está sendo discutido. Com o fim do embargo e com a carta surpreendente que recebemos dos chineses elogiando o sistema de defesa brasileiro, isso nos habilita a discutir uma forma que não cause tanto prejuízo, se acontecer algum caso de vaca louca atípica.

A China anunciou a expansão do plantio de soja e "autossuficiência" tornou-se um dos mantras do governo chinês, para evitar dependência externa. Isso deve ser motivo de preocupação para o Brasil?

A China é um grande parceiro, e se eles forem buscar autossuficiência algum outro produto deixará de ser plantado. Essa é uma relação comercial que nós

temos que tratar como muita sobriedade. É legítimo o desejo da China de expandir sua produção de soja, de buscar uma menor dependência.

Por outro lado, o mercado se regula. O Brasil é altamente competitivo, tomamos medidas para que isso aconteça, como infraestrutura cada vez mais eficiente, a adoção de novas tecnologias, que aumentam muito a produtividade.

Sem contar que há outros países com grande densidade demográfica que ainda são mercados a serem abertos. Então, é um processo ao qual temos que ficar atentos, para que não fiquemos deitados em berço esplêndido achando que a soja sempre será o maior produto brasileiro. É um grande produto brasileiro, que terá longevidade gerando renda, mas nós temos que ficar atentos.

Quais produtos poderão ter abertura de mercado na China durante a visita? Fala-se em uvas, noz-pecã e gergelim.

Todos esses estão no protocolo, continuam os estudos técnicos, por isso nós antecipamos nossa vinda, para intensificarmos as negociações do que será ampliado na presença do presidente Lula e do presidente Xi Jinping.

Algumas aberturas de mercado que podem ser anunciadas incluem farinha de ossos, frangos e suínos. Isso é uma indústria brasileira de resíduos animais muito promissora. Estou confiante no pecã, talvez gergelim.

Como vê a decisão do Copom de manter os juros, que também afetam o produtor agrícola?

Com todo o respeito, a decisão é incoerente. A **inflação** é baixíssima, não há risco de avanço sobre o consumo, ao contrário. Com a taxa de juros nesse nível e o crescimento baixo da economia, nós podemos é causar uma grande recessão, e o dano seria muito ruim para o Brasil.

Eu esperava um sinal positivo do Banco Central para a economia brasileira. O ministro Haddad vem fazendo a sua parte e isso é reconhecido pelo mercado como uma surpresa muito positiva. Eu esperava que o BC, dentro de sua independência, mas com sabedoria, pudesse buscar uma equação para a taxa de juros menor que é perfeitamente factível.

A população brasileira começa a cobrar do BC sua responsabilidade com o desenvolvimento do país e não vai tolerar o pagamento do serviço da dívida, sob a pena do não crescimento da nossa economia.

A **reforma tributária** desagradou ao setor do agronegócio, que critica o fim de desonerações setoriais. Como conciliar os interesses do setor e as necessidades do Estado?

Se a **reforma tributária** fosse fácil ela já teria sido feita. O modelo tributário brasileiro é muito complexo, um emaranhado de punições e benefícios, e precisa ser revisto. Apesar de ser tão hostil e embaraçoso, é um modelo que dá muitos privilégios. E tirar esses privilégios é algo muito difícil, esse "direito adquirido" por muitos setores da sociedade.

Por isso, é importante termos consciência de um modelo mais moderno, mais eficiente que possa, ampliando a base de pagamento, diminuir a alíquota para todos. Mas também é importante dizer que, em nenhum lugar do mundo, tributa-se a base da pirâmide. Isso é exportar empregos e oportunidades.

O agro é muito forte graças a uma iniciativa que foi a desoneração da Lei Kandir, que desonera os produtos primários para exportação. Com isso, há um equívoco de achar que o agro não paga imposto, o que é mentira.

Veja municípios onde o agro é forte, o grau de desenvolvimento, porque há arrecadação. Se não tem de forma direta na venda dos produtos a serem exportados, paga nos insumos, nos serviços, na folha de pagamento e na cadeia. A partir do momento em que a pessoa recebe o dinheiro proveniente desse agro desonerado vai gastar no comércio, vai pagar o ICMS, ou IVA.

Num estado como o Mato Grosso, as regiões onde têm agro e não pagam **impostos** sobre exportação têm os melhores índices de desenvolvimento humano e as arrecadações dos municípios são cada vez mais altas e mais fortes.

*Especial para O GLOBO

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/ficou-claro-que-teremos-otimas-relacoes-diz-ministro-da-agricultura-sobre-aproximacao-entre-brasil-e-china.ghtml>

1 milhão tomam as ruas da França...

Rodrigo Craveiro

Na noite de ontem, a fachada da sede da Prefeitura de Bordeaux (sudoeste da França) - um prédio de 245 anos - ardia em chamas, enquanto protestos ocorriam em Paris e em 200 cidades. As maiores manifestações populares desde 1968 mobilizaram pelo menos 1 milhão de pessoas e aumentaram a pressão contra a reforma da Previdência defendida pelo presidente Emmanuel Macron. Por meio de decreto, o chefe de Estado impôs o adiamento da idade da aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e antecipou para 2027 a exigência de contribuir durante 43 anos, e não 42 como atualmente, como premissa para se ter direito à aposentadoria integral. O ministro do Interior, Gérard Darmanin, anunciou que o nono dia de revolta deixou 80 detidos e 123 policiais feridos. Em grande medida as passeatas transcorreram de forma pacífica. No entanto, além de Bordeaux, houve confrontos entre forças de segurança e manifestantes em Paris, além de incidentes em cidades como Nantes (oeste) e Toulouse (sudoeste). O movimento de oposição às mudanças nas aposentadorias obteve reforço de uma greve dos aeroportos, escolas e refinarias de petróleo.

Philippe Martinez, líder do sindicato CGT, advertiu que Macron jogou "um tanque de gasolina no fogo". Por sua vez, Laurent Berger, chefe do CFDT, pediu à população que se focasse em "ações não violentas", ante o temor de as organizações trabalhistas perderem o apoio da opinião pública. "A responsabilidade da situação explosiva não recai nas organizações sindicais, mas no governo", advertiram os sindicatos, ao convocarem uma nova onda de mobilizações para a próxima terça-feira. O Ministério do Interior e o CGT estimam que entre 1,089 milhão e 3,5 milhões de pessoas participaram dos atos de ontem - Paris registrou um recorde, com entre 119 mil e 800 mil. Morador de Paris, o comerciante Louis (ele não quis revelar o sobrenome), 28 anos, disse ao Correio que decidiu abandonar as ruas, no início da noite, porque a polícia perseguia manifestantes. "Os agentes espancaram as pessoas de modo aleatório", denunciou. "O ambiente era muito bom, com a presença de uma grande multidão, mas os policiais tentaram barrar o avanço dos protestos." Louis afirmou ser contrário à reforma da Previdência. "É um retrocesso no progresso social que fizemos. Especialmente porque Macron presenteou os grandes empresários com regalias tributárias", desabafou. "Muitos **impostos** foram removidos durante o seu governo, e o orçamento dedicado às forças armadas também é imenso." Também em Paris, a

fonoaudióloga Lauren Briens, 61, decidiu sair às ruas depois de uma entrevista que Macron deu às emissoras TF1 e France 2, na quarta-feira.

Na ocasião, o presidente disse que a reforma é "necessária", classificou os manifestantes de "sediciosos" e comparou os protestos aos atos golpistas de 6 de janeiro de 2021, em Washington, e de 8 de janeiro passado, em Brasília. "Estou muito chateada, nos trataram como crianças", reclamou Briens. Na entrevista de anteontem, Macron disse que assumia a "impopularidade" da reforma e anunciou que ela deve começar a vigorar "até o fim do ano", pelo "interesse geral".

"Raiva"

Historiador e especialista em movimentos das minorias, Christophe Bourseiller afirmou ao Correio que os franceses são muito ligados às formas democráticas. "Eles não apoiam uma imposição da reforma previdenciária por parte do governo, que evitou a votação na Assembleia Nacional (Parlamento). O uso do Artigo 49.3 está na raiz da raiva social. O que era um movimento de protesto tornou-se manifestação de crise social em transformação", explicou. Ainda de acordo com Bourseiller, os franceses não compreendem que Macron se recusa a ouvir o veredicto das ruas. "Hoje, na França, existe uma raiva sem precedentes. Certamente, não estamos no nível de maio de 1968. As empresas privadas não participam da greve. Mas, neste momento, há um sentimento de insurreição", admitiu o estudioso. "Se o presidente quiser acalmar as coisas, não tem outra solução que não seja submeter sua reforma à votação."

Eu acho...

"A violência atual é, certamente, obra de militantes da extrema esquerda, mas não apenas isso.

Também há muitos jovens tomados pela cólera na multidão, incluindo eleitores de Emmanuel Macron, que se sentiram traídos. Estamos, hoje, em um perigoso impasse." Christophe Bourseiller, historiador francês e especialista em movimentos das minorias

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/03/24/all.pdf>